



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS

LUANA DE BRITO

**DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: REFLEXÕES E
ESTRANHAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE UMA PESQUISADORA
NEGRA BRASILEIRA EM FORMAÇÃO**

FLORIANÓPOLIS-SC
2024

LUANA DE BRITO

**DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: REFLEXÕES E
ESTRANHAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE UMA PESQUISADORA
NEGRA BRASILEIRA EM FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Medeiros Santos.

FLORIANÓPOLIS-SC

2024

de Brito, Luana

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: REFLEXÕES E ESTRANHAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE UMA PESQUISADORA NEGRA BRASILEIRA EM FORMAÇÃO / Luana de Brito ; orientadora, Flávia Medeiros Santos, 2024.

84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Direito Humano Alimentação Adequada. 3. Mulheres Negras. 4. Alimentação. 5. Interseccionalidade. I. Medeiros Santos, Flávia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Luana de Brito

Direito Humano à alimentação adequada: reflexões e estranhamentos a partir da perspectiva de uma pesquisadora negra brasileira em formação

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Sociais.

Florianópolis, 14 de março de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) Dra. Flavia Medeiros Santos
Orientador(a)

Prof.(a) Dra. Maíra Samara de Lima Freire
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dra. Alexandra Eliza Vieira Alencar
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Esse momento não tem como ser menos emocionante e derramar menos líquidos pelo meu corpo, por ritualizar e memorar uma caminhada de muitos encontros, desencontros, errâncias e pequenas alegrias da vida adulta que vêm me construindo e transformando na sujeita que escreveu este trabalho de conclusão de ciclo. A quem esteve presente nos encontros dessa rota pouco linear, agradeço para sempre. Já perdi as contas de quantos arquivos desses simplesmente “evaporaram” das minhas “mãos” e, a cada reescrita, revivo pedacinhos de vida e de encontros que construíram essa entrega.

Primeiro, dedico este trabalho a toda minha ancestralidade, minha avó Zulmira Silva de Brito (*in memoriam*) a todes aqueles que, no passado e no presente, lutam diariamente para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por comida no prato de todas as pessoas, por aquelas que lutaram e lutam por dignas condições e re-existência.

Minha família em especial, que são meu suporte imenso mesmo diante a distância: minha mãe Maria de Fátima de Brito, meu pai Dorico Silva de Brito, meu irmão Frederico de Brito e minha irmã Mariana de Brito e demais familiares.

Agradeço imensamente aos espaços que puder fazer de casa neste processo desde o início lá em Alvorada, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos endereços e casas que morei nos bairros Porto Verde, Floresta, Petrópolis, os lugares culturais que fizeram minha criatividade se manifestar, espaço cultural Vila Flores na qual tive a honra de construir projetos e eventos lindos com minha grande amiga Vitória Ruschel com o Projeto Vuelta al Mundo, um brechó de roupas itinerantes e também de produção de eventos com impacto sociocultural. As grandes amigas que fiz no Atinukés, Aline Moura minha grande dupla de escritas e incentivadora para escritas mais afetivas para congressos, artigos e afins, as minhas irmãs Thuila, Mona e Thabata com quem tive a honra e alegria de viajarmos juntas para Lagos, Nigéria para apresentar nossos trabalhos. A Mano, amiga e colega de curso que me incentivou muito mesmo eu querendo desistir. A professora Fernanda Bairros que me orientou no meu primeiro salão de Iniciação Científica, fui sua bolsista e me abriu portas e janelas e se onde estou hoje com a bagagem e reconhecimento na pauta da alimentação foi ela quem me segurou no segundo semestre, pois queria largar

tudo diante os muitos desafios que enfrentei antes, durante e depois de ter ingressado na UFRGS. As mulheres pretas do meu terreiro, território sagrado, Território Morada da Paz onde eu ia sempre acalmar meu coração, firmar meus pensamentos, pedir colo, proteção e sabedoria, mãe Preta, seu Sete, Yahshodan, Yamoro, Yabace. Agradeço também a Fernanda presente que os orixás me enviaram no final do ano de 2023, uma irmã amiga, reencontro que fechou o ano de 2023 com muita saúde, autocuidado e alegrias, um ano extremamente desafiador, onde adoeci muitas vezes

Às organizações que me forjaram e me construíram enquanto uma mulher preta ativista na pauta, REDESSAN na pessoa de Noh Homero uma das fundadoras e as demais representantes e integrantes, a AMNB na pessoa de Valdeci Nascimento, foram anos de muitos aprendizados, uma grande formação política na perspectiva das mulheres negras na qual me dediquei incansavelmente nos últimos 10 anos entre viagens, produção e execução de projetos, representar as organizações em eventos, congressos, mesas.

As pessoas dos núcleos, Saúde Coletiva da UFRGS onde iniciei a graduação, logo em seguida em 2018 fiz mobilidade acadêmica e fui transferida para a UFSC. Ao grupo de pesquisa Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (Tearsan) que me acolhe, a única pessoa que não era do curso de nutrição e que trouxe contribuições relevantes para o grupo, agradeço na figura de Milena e Neila Machado professora e ativista muito importante para a cidade o estado e o país, grande defensora do DHAA, que acompanharam muito das coisas que passei desde que cheguei na ilha, dos desafios de rede de apoio, e me firmar enquanto pesquisadora alimentar com os marcadores de gênero e raça no grupo na pesquisa e na universidade. Ao Murilo que no meio da pandemia chegou para me lembrar que a minha caminhada e trajetória é o que alimenta a minha escrita, ao grupo de pesquisa que integrei nos últimos semestres da graduação LUPA que me sinto mais em casa pois está nas Ciências Sociais com os temas que pesquiso e articulo, aos integrantes, pesquisadores: Larissa, Isadora, João Klinker, Nicolás, Bruna Overbeck, Flora Nina, Gabriela, Giovanna Barros, Kellyn G. Menegat, Liam, Luara Resende, Marina B. Oliveira, Natália, Rebeca Vieira, Vitória Frauzino. que foram essenciais para essa reta final, grandes amigos e parceiros que a universidade me presenteou. Agradeço aos professores e professoras, duas em

especial Alexandra Alencar e Alline de Lima Bonetti que nos últimos semestres me apresentaram autoras que fizeram eu ter a certeza de que minha pesquisa podia tomar o caminho de uma escrita mais afetuosa, cheia de histórias conversando com os conceitos mais tradicionais. Agradeço também aos professores Julio Souto Salom e Caetano Sordi pelas contribuições de leituras e textos, aos demais profes das disciplinas que cursei, cursos que fiz, mesas que mediei, projetos que executei, a Rose e Rogério (*in memoriam*) da secretária que sempre muito atenciosos e cuidadosos nos atendiam. A todos aquelas e aqueles que fazem e acontecem na universidade, cuidam e zelam por esse lugar tão importante para muitas pessoas. A nossa primeira vice-reitora negra Joanna Célia, a relevância dessa representação neste lugar.

A Flávia Medeiros que aceitou o convite de ser minha orientadora e finalizar mais esse ciclo, é um sonho com esse trabalho.

Não menos importante, agradeço a toda a rede de pessoas, com suas especialistas profissionais (médicas, terapeuta, educadoras físicas, GB Treinamentos na pessoa de Gabi educadoras físicas) ao Coletivo Lundu e cada integrante. As irmãs e companheiras das trincheiras da incidência e articulação política, Mulheres Negras Decidem o movimento que mais cresce no Brasil. E a todas, todes e todos que me acompanham nas redes e mídias sociais, me incentivando cada vez mais a produzir conteúdos e afins.

Por fim, agradeço ao CNPQ e a FAPERGS por terem proporcionado financiamento para que eu começasse minha trajetória enquanto pesquisadora.

E também agradecer a mim mesma que finalizo esse ciclo compreendendo que o tempo das coisas não é o meu tempo, fico extremamente feliz e honrada da mulher, pesquisadora que me tornei, e me torno, dos lugares que a minha pesquisa me levou, todas as oportunidades, portas e caminhos que ela me proporcionou, das pessoas que conheci pelo caminho, pelos vários nãos que levei e que serviram de combustível, das várias vezes em que pensei em desistir por, de tentar entregar uma perfeição que a sociedade nos impõem ainda mais cedo uma mulher preta ocupando esse lugar. Estou mais consciente, cautelosa e determinada a fazer aquilo que me dá energia, que me alimenta, que me faz levantar todos os dias e correr atrás daquilo que boto muita fé.

“Se eu não tivesse me definido para mim mesma, teria sido esmagada pelas fantasias que as outras pessoas fazem de mim e teria sido comida viva.”

Audre Lorde

"No momento do meu nascimento, dois fatores determinam meu destino: ter nascido negra e ter nascido mulher."

bell hooks

RESUMO

BRITO, Luana de. **Direito Humano à Alimentação Adequada: Reflexões e estranhamentos a partir da perspectiva de uma pesquisadora negra brasileira em formação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2024.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise a partir de relatos de experiências de uma pesquisadora negra em formação no sul do Brasil no âmbito da alimentação, do Direito Humano à Alimentação Adequada e suas interseções, bem como o tempo que integrou e representou a REDESSAN. Essa rede possui por missão a articulação com organizações da sociedade civil para propor políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população negra e, em especial, de mulheres negras. Minha análise etnográfica baseia-se nas contribuições do campo das escrituras e epistemologia feminista negra, que tem como foco a agência de mulheres negras e dos estudos críticos e interseccionais sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada e a Soberania Segurança Alimentar e Nutricional que se torna um elemento central de ação política.

Palavras-chave: Direito Humano Alimentação Adequada; alimentação; Mulheres Negras; Interseccionalidade

ABSTRACT

BRITO, Luana de. **Human Right to Adequate Food: Reflections and strangeness from the perspective of a black Brazilian researcher in training.** Course Completion Work (Bachelor of Social Sciences) - Federal University of Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2024.

The present work aims to analyze the experiences of a black researcher in training in the south of Brazil in the field of food, the Human Right to Adequate Food and their intersections, as well as the time she was part of and represented REDESSAN . This network's mission is to coordinate with civil society organizations to propose public policies that guarantee the Human Right to Adequate Food and the Sovereignty and Food and Nutritional Security of the black population and, in particular, black women. My ethnographic analysis is based on contributions from the field of black feminist writing and epistemology, which focuses on the agency of black women, and critical and intersectional studies on the Human Right to Adequate Alienation and Food and Nutritional Security Sovereignty that becomes a central element of political action.

Keywords: Human Right Adequate Food;food;Black Women; Intersectionality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Família (Estrela/RS).....	09
Figura 2 -	Barragem Eclusa (Bom Retiro do Sul/RS).....	10
Figura 3 -	Eu, mãe, vó Zulmira e amigos.....	10
Figura 4 -	Aniversário de 15 anos.....	10
Figura 5 -	Eu e vó Zulmira.....	19
Figura 6 -	Encontro da Rede Lai lai em Curitiba/PR, representando a REDESSAN.....	22
Figura 7 -	Eu e Maria Emília, 1ª presidenta mulher e antropóloga do CONSEA.....	23
Figura 8 -	Eu e o livro “Mulheres e Soberania Alimentar”, obra em que escrevi um capítulo.....	26
Figura 9 -	Eu na horta do pai em Bom Retiro do Sul.....	28
Figura 10 -	Projeto Semente.....	30
Figura 11 -	Meu pai trabalhando na horta.....	31
Figura 13 -	Encontro Mulheres Negras Decidem (5 anos).....	32
Figura 14 -	Agricultura Urbana em Florianópolis, obra que escrevi um capítulo.....	43

LISTA DE SIGLAS

AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PFZ	Programa Fome Zero
REDESSAN	Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A AMNB

AMAPÁ	IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá
AMAPÁ	Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú - Ammvqc - Amapá
AMAZONAS	Instituto de Mulheres Negras do Amapá - IMENA
BAHIA	Odara - Instituto da Mulher Negra
BAHIA	Associação Mulheres de Odun - AMO
CEARÁ	Instituto da Mulher Negra do Ceará - INEGRA
GOIÁS	Grupo de Mulheres Negras Malunga
GOIÁS	Grupo de Mulheres Negras Malunga
MARANHÃO	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
MARANHÃO	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
MATO GROSSO	Pretas Candangas
MATO GROSSO	Imune - Instituto de Mulheres Negras Mato Grosso

MINAS GERAIS	Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais
PARÁ	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA
PARAÍBA	Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba
PARAÍBA	Abayomi - Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba
PARANÁ	Rede de Mulheres Negras do Paraná
PERNAMBUCO	Uiala Mukaji
PERNAMBUCO	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
PERNAMBUCO	Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágatha
PIAUI	Instituto da Mulher Negra do Piauí
RIO DE JANEIRO	Criola – Organização de Mulheres Negras
RIO GRANDE DO NORTE	AJAGUM
RIO GRANDE DO SUL	Associação Cultural de Mulheres Negras - ACMUN
RIO GRANDE DO SUL	Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional - REDESSAN
RONDÔNIA	ILERA
SANTA CATARINA	Organização de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência - MUNMVI
SANTA	Casa da Mulher Catarina Coletivo Ashanti

CATARINA	
SÃO PAULO	Casa Laudelina de Campos Mello
SÃO PAULO	Instituto Amma Psique Negritude - AMMA PSIQUE
SÃO PAULO	Geledés – Instituto da Mulher Negra
SERGIPE	Comunidade Oju Ifá
TOCANTINS	ALAGBARA - Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	2
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
LISTA DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A AMNB.....	10
SUMÁRIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1 NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE.....	16
1.1 COMEÇO.....	16
1.2 MEIO.....	20
1.3 O ALIMENTO ENQUANTO POTENCIALIDADE: O QUE ME ALIMENTA?.....	25
2 SOU UMA MAIS NÃO SOU SÓ.....	26
2.1 SEMEANDO MOMENTOS.....	37
2.2 DE VOLTA AO COMEÇO.....	44
3 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NA GARANTIA DO DHAA.....	46
3.1 SSAN E DHAA.....	47
3.2 AS MULHERES NEGRAS QUE ALIMENTAM O BRASIL.....	56
3.3 INTERSECCIONALIDADE E RELAÇÕES RACIAIS.....	57
3.4 DHAA E A PANDEMIA DE COVID 2019.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma “escrevivência”, de uma pesquisadora negra em formação no sul do Brasil. Escrevivência conceito cunhado por Conceição Evaristo, traz a junção das palavras “escrever e vivência”, mas a força de sua ideia não está somente na aglutinação; ela está na genealogia da ideia como e onde ela nasce e a que experiências étnica e de gênero ela está ligada, a escrevivência carrega a escrita da coletividade. Aqui é a partir de experiências no âmbito da alimentação, fazendo lembrar o óbvio: o direito humano a alimentação adequada é parte intrínseca de corpos-territórios negros diaspóricos. Corpos e territórios em diálogo na perspectiva do movimento de mulheres indígenas, é tomada como ponto focal dos debates sobre a indissociação entre as principais ordens de luta das mulheres indígenas, corpo, saúde e terra. Do mesmo modo que as nacionalidades enquanto discursos homogeneizantes de experiências humanas geograficamente localizadas, escondem e ressignificam relações epistemicidas, algumas categorias analíticas e mesmo campos científicos inteiros, se articulam neste mesmo resultado. Exemplo disso é a forma como uma certa perspectiva do que seja algumas bandeiras de luta da pauta da alimentação, cada vez se distancia das matrizes de saber que sustentam as tecnologias e formas de governabilidade do bem viver, gerando apropriações de toda a ordem e redirecionamento de protagonismos, tirando dos corpos-território originários a legitimidade para falar e gerir as relações entre Direito Humano à Alimentação Adequada e toda sua existência. Minha análise etnográfica baseia-se nas contribuições do campo da epistemologia feminista negra, da escrevivência que tem como foco a agência de mulheres negras e dos estudos críticos e interseccionais sobre a alimentação que se torna um elemento central de ação política. Se faz necessário abordar com mais atenção o tema da interseccionalidade, relações raciais e o DHAA na antropologia e contribuir para qualificar a temática Nesta análise a organização Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN) tem papel fundamental nesta escrevivência. A REDESSAN possui por missão a articulação com organizações da sociedade civil para propor políticas públicas que garanta o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Segurança Alimentar e Nutricional da população negra, em especial, as mulheres negras.

Embora os temas em torno da alimentação e nutrição adequada (ou de sua ausência) estejam em evidência há alguns anos, especialmente em função da epidemia da obesidade e seus agravos, tais discussões raramente passam pela perspectiva dos direitos humanos.

No capítulo um “Nossos passos vêm de longe”, irei apresentar como chego e o que me motivou a chegar na pesquisa, uma linha do tempo, fazendo o diálogo com as autoras Lélia Gonzalez, Audre Lord e bell hooks e outras autoras negras trazendo as histórias e vivências da minha família, da minha avó. No capítulo dois, “Sou uma mais não sou só” discorro sobre quem está comigo na caminhada, no plano físico e espiritual, as pessoas que me auxiliaram em momentos importantes da trajetória.

Aquilo que me alimenta também, para além da comida, minha família, espiritualidade, as trocas, os encontros. “A trajetória das mulheres negras na garantia do DHAA”, apresento mais sobre os conceitos centrais que irei abordar na perspectiva da trajetória das mulheres negras para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Em uma atividade online em novembro de 2020, que organizei “Mulheres Negras e Colonialidade: Alimentação e desenvolvimento econômico” com a presença de professora Lígia Amparo da Silva, professora da ENUFBA, Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura-NEPAC/UFBA e Mariacó, Mankanh (Guiné-Bissau), Lilian Katchaki, minha amiga, doutoranda em Desenvolvimento Rural/UFRGS me disse: você precisa contar essa história linda de sua avó no seu TCC, depois que trocamos conversas sobre nossas pesquisas e escritas e o que nos motivou para e cá estou.

1 NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

1.1 COMEÇO

Inspirada por várias mulheres negras que conheci no início da minha trajetória na universidade e no movimento de mulheres negras brasileiras. O título desse capítulo “Nossos passos vêm de longe”, pertence ao livro de Jurema Wernek intitulado “Nossos passos vêm de longe! movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. Afirmado esse significado, seguimos.

Uma escrita de encontros e reencontros, assim que chego na pesquisa, pedindo licença a todas aquelas pessoas que vieram antes de mim, as minhas mais velhas, aos meus mais velhos e mais novos, a toda a minha ancestralidade, a todas aquelas que teceram meu caminho, grata pela imensidão de seus sonhos que, de alguma forma são hoje a minha realidade. Ser negra no sul do Brasil é saber-se o oposto do imaginário de quem nasce ali, e por isso, também encontrar-se com os irmãos e irmãs, em abraços, discussões e lutas, constantes, diversas e intensas. E uma pessoa especial me conheceu desde a barriga de minha mãe, me viu crescer, foi e é minha grande inspiração. Minha grande professora da vida, e na qual tenho um tanto de características dela, como a dedicação a tudo que me é destinado a fazer, a presença e as caras e bocas de coisas que me agradam ou não. Minha avó paterna Zulmira Silva de Brito, na qual durante todo o meu processo de formação foi minha primeira referência de defensora da alimentação; depois de anos que me dei conta. Minha ficha caiu quando em uma conversa com minha prima Júlia, em que uma história entre ela e nossa avó que me emocionou.

Eu e Júlia, fomos convidadas por ex-professoras nossas a participar de uma atividade na escola estadual Jacob Arnt, na cidade de Bom Retiro do Sul, faz parte da história de nossa família e da formação escolar, minha avó foi uma das primeiras merendeiras e cuidava da alimentação de muitas crianças, bem como meus tios, meu pai estudaram nela, em seguida eu, meus irmãos e Júlia. Era semana alusiva ao dia da mulher em março de 2019, foram convidadas algumas ex-alunas para contar um pouco da trajetória de suas vidas, reencontrei algumas colegas e foi uma conversa muito emocionante. Revivendo alguns momentos, eu ia de uma a duas

vezes no ano para a minha cidade que fica no interior do estado do Rio Grande do Sul, Bom Retiro do Sul, que possui 12 mil habitantes.

Júlia Brito, mulher negra LGBTQIAPN+¹ que hoje tem 27 anos e passou por um processo de transição de gênero que foi desafiador para nossa família e para uma cidade conservadora no interior do estado, hoje uma pessoa importante para a luta da pauta LGBTQIAPN+ na cidade, e uma grande artista. Neste dia da atividade, que era para acontecer na escola mas por motivos de manter nossa segurança foi transferido para a casa da professora Magda pois espalharam pela cidade que essa palestra era uma encontro que iria falar de ideologias feministas, ouvi Júlia com os olhos cheios d'água dizer que a nossa avó foi a primeira pessoa a ver ela de salto na vida, Júlia que na época tinha 13 anos.

Lembro direitinho esse dia que ela me contou, estávamos muito emocionadas, e em um turbilhão de sentires, e nessa hora me caiu a ficha: sim a avó minha primeira referência de defensora da alimentação. Várias fichas caíram. Depois que ela faleceu muita coisa começou a fazer sentido, assim como toda vez que falava da alimentação, comecei a olhar para todas as nossas celebrações, encontros de família com um olhar mais atento.

Minha avó teve 14 filhos e como uma família no interior preta passou alguns trabalhos e necessidades, então a mesa até hoje é sempre de muita fartura de comida, sempre no final das festas todos levam seus potes, suas marmitas. As memórias afetivas da melhor cuca do mundo que era a da minha vó, com uma receita da farofinha que vai em cima da cuca que hoje minha tia Deise tem a receita mais parecida da vó, e sempre que vou visitar minha família ela faz a cuca pra mim. Os homens da família cozinham muito bem, então tenho também a memória de o melhor churrasco do mundo ser do meu pai. Desde o melhor sagu e torta de bolacha do mundo ser de minha tia Adiles.

O terreno que minha avó criou seus filhos e construiu sua história e também passou por 2 incêndios onde perderam todos seus pertences, ambos aconteceram no período do Natal, meu pai e meus tios e tias eram pequenos. O terreno ainda hoje é da família, tem uma figueira linda imensa centenária no quintal, lembro que quando criança tinha o galinheiro, os lagartos que ficavam embaixo da casa, o pôr do sol e o café no final da tarde. Era pra lá que íamos quando anunciavam que o rio estava subindo, morávamos próximo ao rio Taquari e precisávamos deixar a casa

que morávamos, lembro dos meus pais levantados os móveis todos, e nos organizando para ir passar um tempo na vó até a enchente passar. Minha avó chegou na cidade com meu avô era meados dos anos 1940, minha avó nasceu em Arroio do Meio e meu avô Laurelindo Silva de Brito em Muçum, cidades vizinhas que ficam no interior, a 150 km da capital Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Meu avô era marinheiro e ajudou a construir a Barragem Eclusa, que é um dos pontos turísticos da minha cidade. Construída entre as décadas de 1950 e 1970, sua inauguração deu-se em 1976, no dia 29 de outubro, pelo então Presidente Ernesto Geisel. Meu pai e meus tios ajudaram também a construir, essa construção que depois veio a ser o local que meu pai prestou seus serviços, foi funcionário público por 40 anos e meu irmão também prestou serviço 20 anos depois, durante 5 anos.

Figura 1 - Família (Estrela/RS) Figura 2 - Eu, mãe, vó Zulmira e amigos



Fonte: Acervo pessoal (2004 e 1990, respectivamente).

Figura 3 - Barragem Eclusa (Bom Retiro do Sul/RS)



Fonte: Prefeitura de Bom Retiro do Sul (2024).

Durante os primeiros 11 anos da minha vida foi esse lugar onde meus pais viveram, tiveram eu e meus dois irmãos. Moramos de “favor” na casa que era da empresa, na qual os funcionários tinham direito de usar até conseguirem adquirir seus imóveis. Por ser um local rodeado de água, as enchentes são situações muito familiares para mim, as águas sempre me acompanharam, a barragem era o quintal da minha casa.

Figura 4 - Aniversário de 15 anos com a avó



Fonte: Acervo pessoal (2004).

O que me inspira e motiva a escrita pra mim é oportunidade e possibilidade de ouvir as histórias, mais que histórias são as trocas que elas proporcionam. Uma vez em uma das várias crises e desafio da escrita, um grande amigo, que me incentiva muito na escrita, mais uma escrita que seja leve e acessível assim como às vezes explicava pra ele com a perspectiva da Ciências Sociais questões que estava distante da nutrição. Murilo, nutricionista, pesquisador da temática da alimentação, me disse: "Você é uma pessoa de trocas, o word¹ não fala muito com a gente."

Esse cuidado em forma de afeto, senti falta durante um longo período da formação, mas criei estratégias de permanecer neste espaço institucional. Busquei disciplinas com professores negros, e durante os 7 anos de formação tive 4 professores negros: José Carlos dos Anjos, Fernanda Bairros, Alexandra Alencar e Flávia Medeiros². Buscar disciplinas em outros cursos, de fazer a mobilidade acadêmica, de me inscrever em eventos e congressos, de conhecer outras universidades, outras pessoas, outros cursos. Esse lembrete de Murilo, ser um laço afetivo e é um porto seguro de trocas sinceras e conversas sobre a nossa realidade enquanto pessoa na pesquisa e fora da pesquisa. E essa frase diz muito sobre mim, os espaços que circulei e círculo, as articulações que fiz e que faço, as produções, as mobilizações, as criações e experiências em diversos espaços que se complementam, os sonhos, desejos vontades de transformar mais pra frente esse TCC em um minidocumentário, por que tenho uma paixão pelo audiovisual, uma forma de honrar a memória e legado de minha avó, de minha família.

1.2 MEIO

Em uma entrevista com uma mulher negra nascida no México, ouvi Aline Moura minha amiga, minha veterana na UFRGS antropóloga, pesquisadora contando a história da pesquisa de campo que ela vivenciou no seu intercâmbio no México em 2020, a seguinte frase: que ficou ecoando para nós: "*Eu sou África em América e América em África*". Ela trazia isso como forma de explicar suas críticas à concepção de afromexicanidade, visto que tanto era feita de saberes ancestrais de

¹Word é timbre, eu sou voz

²José Carlos dos Anjos disciplina de Teoria Sociologia 3 na UFRGS, Fernanda Bairros, orientadora na Iniciação Científica na UFRGS, Alexandra Alencar disciplina optativa Tópicos especiais em antropologia de Feminismos Negros na UFSC e Flávia Medeiros disciplina optativa Violências e Conflitos

povos originários “americanos”, como carregava a ancestralidade africana, e nenhuma dessas dimensões era fielmente retratada em uma definição que referia a “presença negra” no território.

É a partir dessa noção de encontros entre cosmovisões originárias deste território também ancestral com as epistemologias africanas, que se intensifica aqui o significado de ser *amefricana*³. Amefricana, deslocamentos e horizontes de uma pesquisadora negra no sul do Brasil, e aqui uma das principais referências bibliográficas deste trabalho, Lélia Gonzalez que me auxiliou muito a compreender as experiências que revisei durante o campo da pesquisa, para fazer as reflexões e anotações dos estranhamentos.

Assim como eu, pesquisadora negra no sul do Brasil, que saí do interior do Rio Grande do Sul para a capital Porto Alegre, Lélia Gonzalez também saiu de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. Esses deslocamentos, que aliás, bastante comuns entre classes populares que buscam melhores condições nas metrópoles, Lélia no início da década de 1940 e eu nos anos 2006. Essa migração foi fundamental para Lélia no ambiente cultural e educacional que a transformaria em uma das principais intelectuais negras do país. Por um longo período de sua vida, entre os 7 e os 43 anos não foram encontrados registros de suas viagens. Somente a partir de 1978 ela empreendeu deslocamentos que podem ser considerados importantes viagens de cunho pessoal, cultural e político. Além de participar de uma série de eventos nacionais e internacionais no Rio de Janeiro para tratar de questões relativas às mulheres e à população negra. Em 1980 ela esteve na cidade de Florianópolis na Universidade Federal de Santa Catarina na IV Jornada da Educação.

Embora hoje seja comum que uma ativista e intelectual viaje para várias partes do país e do exterior, não acontecia o mesmo nos tempos de ditadura militar e de reorganização dos movimentos sociais. Lélia buscou compreender em uma de suas pesquisas, as semelhanças entre as manifestações culturais praticadas em diferentes regiões das Américas, o que mais tarde ela chamou de amefricanidade.

³ Categoria cunhada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, que se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto tanto traçado na diáspora negra quanto no extermínio da população indígena nas Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder.

Analisando um pouco a trajetória de Lélia na construção do conceito de amefricanidade, e as algumas semelhanças da trajetória de vida dela com a minha, que ainda está no começo, é possível perceber que viajar por boa parte do Brasil e alguns lugares no exterior sendo integrante e representando uma organização com um legado importante que é REDESSAN faz parte dessa amefricanidade. Migrar e viajar, oriunda das classes populares, ingressando nas universidades, e em instituições renomadas, mas sempre atenta e voltando também para a minha base, minha casa, minhas origens sempre que quis e foi preciso. Dar palestras em universidades, em instituições com pessoas importantes para a temática no país e fora do país, desde voltar para a escola que eu iniciei meus estudos, circular por vários espaços, do centro às periferias mais distantes. No vasto Atlântico Negro, sinto que formo e mantenho laços de amizades, articulações e de princípios políticos. Assim como Lélia observou ao cunhar o termo amefricana, construiu essa diáspora africana e se tornou parte dela, eu enquanto uma pesquisadora negra do sul em formação também me vejo querendo alçar outros voos e consolidar meus pousos, equilibrando melhor a vida pessoal com a atuação pública.

A partir dessa recuperação de escrevivências e existências que encarnam complexas redes de saberes, que se desenvolvem as letras deste trabalho coletivo. A partir dessa história que me aproximou ainda mais eu e Aline, pois fizemos parte do Atinúkés: 'Atinúké' - Grupo de estudos sobre o pensamento de mulheres negras. O nome do grupo é da língua Iorubá, e significa 'Aquele que merece carinho desde a gestação'. Origem do termo: Nígero - Congolesa. Foi designada para Tatiana Machado ao ser iniciada no Batuque. Assim como a história e a cultura da matriz africana de valorização dos legados, a semente das Atinúkés germinou; sua luta criou raízes africanas em Porto Alegre, e a sua influência fez florescer o Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras Atinúké e, posteriormente, o Coletivo Atinúké.

Este grupo foi cuidadosamente idealizado por Fernanda Oliveira, Giane Vargas Escobar e Nina Fola, tendo como fio condutor a energia de movimento e compartilhamento legada a nós pela nossa 'Atinuké' primeira: Tatiana Renata Machado. Muito mais que uma religião, uma forma de viver assentada na matriz africana, a partir do espaço do terreiro e permeando toda a forma de ser e estar no mundo. Desta forma, valorizamos nossas e nossos antepassados e os valores

ancestrais legados/compartilhados e mesmo os negados que nos chegam através de nossas irmãs. Assim, eu e Aline começamos a ter ideias de escrever textos e artigos com linguagem mais afetuosas e sensíveis, foi então que submetemos nosso primeiro resumo para o Lasucas Lagos, Nigéria, mais pra frente essa história irá aparecer novamente.

Tendo em vista que a concepção ocidentalizada de humano embasou o desenvolvimento das ideias de direitos destes tidos como partícula da humanidade, tornam-se mais evidentes os problemas e incompletudes que as estratégias de reorganização social e busca por restituição histórica trazem consigo. Não se trata de deslegitimar a potência criadora de novos contextos que as lutas por direitos humanos geraram. Ao contrário, uma perspectiva crítica à universalidade pressuposta pelo discurso e prática em direitos humanos, é uma forma de elevar o que parecem ser suas intenções, como o direito à vida, à segurança alimentar, à dignidade, entre outros explicitados na Declaração Universal de Direitos Humanos (1993).

Em seu artigo intitulado “Direitos Humanos traduzidos em Pretuguês”, Pires (2017) propõe que a noção de direitos humanos seja carregada de perspectivas afrocentradas e simultaneamente articuladas a realidade contextual brasileira e, neste sentido, o conceito de *amefricanidade* se apresenta como a ferramenta teórico-prática adequada. A reflexão feita por González (1988) e outros estudiosos sobre os alcances e dimensões da autorreferência de populações africanas em diáspora, absorvidas pelas ilusões nacionais tais como “brasilidade” e “mexicanidade”, mais que carregar o conceito de direitos humanos de humanidades que estão fora de seu escopo inicial, produz sensibilidade analítica capaz de auxiliar na construção de novos escopos de direitos humanos, que abarquem prática e discursivamente as humanidades que foram afastadas de suas bases epistemológicas e logo de sua possibilidade de autonomia, de definição e de existência.

Para o autor Achille Mbembe que cunhou o termo necropolítica que é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Mas não é aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial de raça (Mbembe,

2018), as consequências devastadoras para a construção identitária das gerações seguintes de famílias negras, pois por meio de um processo de desistoricização ou epistemicídio nos termos de Abdias (Nascimento, 2006), criou-se barreiras ou buscou-se apagar as possibilidades de rastreamento da ancestralidade dessas humanidades, fosse pelo impedimento das religiosidades, fosse pela tortura cotidiana. Se imaginássemos uma conversa entre Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento e Achille Mbembe nos dias de hoje, existiria a possibilidade em que eles apresentariam alguns pontos sobre como se deu e se perpetuou a desumanização e o não lugar produzido sobre os corpos negros trazendo todo o contexto histórico. As violências e violações que acontecem nos dias de hoje colabora para a manutenção de uma estrutura histórica que é desafiadora de se romper.

Isso permitiu às colônias, que posteriormente se fizeram “nações”, a possibilidade ainda que desconfortável para o ideal de branqueamento das sociedades nacionais, de impor a nacionalidade como forma de reiterar o não lugar histórico produzido sobre os corpos negros, o que dentro de um contexto de escrita épica de uma história de assassinato inconfesso e ao mesmo tempo impossível de ser ignorado, corroborava ao apagamento do sequestro e venda das pessoas como coisas, afinal se somos “brasileiros acima de tudo”, a única história que importa é a da invenção do Brasil, não é mesmo? Processo semelhante se pode observar no processo de construção da identidade mexicana em relação às pessoas negras. Ou seja, as nacionalidades construídas no período pós-colonial em território “americano”, são expressões da violência colonial reinventada e adaptada para manutenção da exploração.

Do mesmo modo que as nacionalidades enquanto discursos homogeneizantes de experiências humanas geograficamente localizadas, escondem e ressignificam relações *epistemicidas*⁴, algumas categorias analíticas e mesmo campos científicos inteiros, se articulam neste mesmo resultado. Exemplo disso é a forma como uma certa perspectiva do que seja algumas bandeiras de luta da pauta

⁴ “O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjogados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjogado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (Carneiro, 2005, p. 97).

da alimentação, cada vez se distancia das matrizes de saber que sustentam as tecnologias e formas de governabilidade do bem viver, gerando apropriações de toda a ordem e redirecionamento de protagonismos, tirando dos corpos-território originários a legitimidade para falar e gerir as relações entre Direito Humano à Alimentação Adequada e sua existência toda.

1.3 O ALIMENTO ENQUANTO POTENCIALIDADE: O QUE ME ALIMENTA?

Inhame uma símbolo de sustentação da vida para o parentesco e a comunidade negras. Em qualquer lugar onde as mulheres negras vivem, nós comemos inhame. O inhame é um símbolo de nossas conexões diaspóricas. O inhame nutre o corpo enquanto alimento e também é usado de forma medicinal para a cura do corpo.
Irmãs do Inhame, mulheres negras e a autorrecuperação (bell hooks)

Nesta seção, irei abordar algumas imagens que irão auxiliar a escrita, bem como apresentar referências mais explícitas das bibliografias. Um diálogo entre Audre Lorde e bell hooks considerando como interlocutoras que me posicionam neste lugar potente mas também complexo na qual me situo e me forjo, que me remete ao artigo “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” de Donna Haraway, mas que irei buscar e fazer o diálogo também com bibliografias e textos sobre feminismos negros no sul do Brasil, com as discussões promovidas a partir das pesquisas das antropólogas Alexandra Alencar e Angela Souza.

Uma certa vez diante turbulências emocionais, dos desafios que se apresentam para a gente neste percurso da vida, muitas coisas acontecendo, eu sempre muito inquieta e inconformada, querendo saber mais, estudar mais, fazer coisas diferentes, viajar, conhecer o mundo, pessoas, sempre fiz escolhas que me ensinaram muito. Errei muito, aprendi e aprendo muito também, escolhas essas que me fizeram amadurecer.

As memórias me atravessam quando lembro de ter nascido em uma cidade pequena no interior do Rio Grande do Sul, chamada Bom Retiro do Sul sempre chamei muito atenção, primeiramente por ter sido uma criança preta que nasceu com dois dentes, a atração do hospital Santa'na, quando minha mãe foi dar o peito e

mordi ela, até hoje sempre que volto pra lá algumas pessoas que me conheceram neste episódio contam dessa cena. São memórias e lembranças da infância que contam muito sobre a minha trajetória, de como me movimento e como as articulações que faço e que desenham esse caminho. Por ter nascido uma criança preta, minha mãe criou estratégias e maneiras de sempre estarmos muito bem vestidas. Minha mãe sempre foi muito atenta às nossas vestimentas, lembro de ter constantes discussões entre ela e meu pai pois ela era responsável por nos vestir e meu pai por nos alimentar, ou seja pôr a comida dentro de casa.

A comida que chegava à nossa mesa era sempre comidas do mercado, no interior do Rio Grande do Sul tem-se o costume de fazer o “rancho” que são as compras do mês, naquela época era também um pouco de status de quem tinha condições financeiras, na minha família éramos cinco, então lembro de meu pai dizer que uma vez por mês podia refrigerante, ou alguma outro doce. É recorrente quando estamos juntos eu meus irmãos, as memórias quando era um “luxo” quando podíamos comer um pacote de biscoito recheado e um refrigerante. Isso implica em duas categorias muito usadas nos estudos da alimentação, que é o acesso e a disponibilidade desses alimentos.

Percebe-se a mudança dos padrões e dos hábitos alimentares e hoje está também associada diretamente a qualidade dessa alimentação, que se relaciona também aos níveis da Insegurança Alimentar (IA) que é classificada em três níveis: insegurança alimentar leve, moderada e grave, mas para além da fome, há também o fator da obesidade pela falta de acesso a alimentos de qualidade e saudáveis. E aqui um ponto importante, o acesso a essa alimentação. Que alimento era esse, de onde vinha? Na minha casa não tínhamos horta, as compras do mês eram todas feitas pelo meu pai no mercado, lembro de fazermos lista juntos em vários momentos, participamos desse momento. A relação da minha família com a alimentação era essa até começar a aparecer os primeiros sintomas da diabetes e hipertensão na minha avó Zulmira.

Na antropologia da alimentação, a alimentação configura-se como um objeto legítimo de análise social e de compreensão das premissas implícitas do viver em sociedade. No meu ambiente familiar percebe-se a função e o significado do alimento, a fartura de comida nas festas familiares, o alimento a ser repartido, receitas que passam por gerações, como o alimento vai produzindo sentidos e

sociabilidades. A comida como fazedora das relações sociais, o ato de alimentação promovendo memória afetiva, sociabilidades.

2 SOU UMA MAS NÃO SOU SÓ

*Ei, Povoada é um-um nome curioso né?
 Porque a gente sempre fala de Povoada
 Em relação à Terra né?
 A Terra é povoada
 Mas, também sou terra
 A gente também é terra de povoar
 Deus te ajuda
 Deus te ajude e te livre do mal
 Te desejo tudo de bom, viu fia'? (Povoada!)*

*Eu sou uma, mas não sou só, minha fia'
 Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Nessa terra, nesse chão de meu Deus
 Sou uma mas não sou só
 Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Tenho em mim mais de muitos
 Sou uma mas não sou só
 Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Nessa terra, nesse chão de meu Deus
 Sou uma mas não sou só
 Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Tenho em mim mais de muitos
 Sou uma mas não sou só
 Sou uma, mas não sou só
 Sou uma, mas não sou só*

Sou uma, mas não sou só
Sou uma, mas não sou só
Eu sou uma, mas não sou só, 'mermo!
Sued Nunes

Peço a licença as mulheres pretas da família paterna minha tataravó, Etelvina José da Silva, bisavó Maria Doraci da Silva e minha avó Zulmira Silva de Brito que são as que tenho poucas informações, tive a honra e alegria de conviver com minha avó paterna Zulmira Silva de Brito até sua passagem em janeiro de 2014, e que também ultimamente tenho me conectado com minha bisa e minha tataravó de outras formas, no astral, no axé. A família de minha mãe não temos informações por ter tido uma grande ruptura e afastamento em sua infância, minha mãe foi criada por outra família, mesmo assim também estão sempre nas minhas intenções.

Eu agradeço a cada uma delas, por saber que sou parte de seus sonhos mais profundos e ocultos, diante as condições de vida na qual cada uma passou na sua época, estar aqui hoje escrevendo essa história, faz parte desse legado deixado.

Sou filha de uma relação interracial, minha mãe que se lê e vê enquanto uma mulher branca e meu pai homem negro, tenho dois irmãos, sou a mais velha de nós três; Frederico de Brito e Mariana de Brito. A família de meu pai era a família com quem a gente sempre esteve mais presente, muitos tios e tias, primos. Não cheguei a conhecer meu avô paterno, Laudelino da Silva que era marinheiro e trabalhava na Barragem Eclusa que existe na cidade. Minha avó foi lavadeira, trabalhou na casa de muitas pessoas, e também exerceu a profissão de merendeira na escola que estudei, bem como grande parte da minha família.

Minha vovó, uma mulher na dela, quieta, mas com uma sua energia única, de poucas palavras, um olhar profundo, rosto cheio de marcas e histórias, histórias essas que ela não gostava muito de me contar quando comecei a querer saber mais de onde nossa família vinha, sempre vinham com a desculpa, “ah não lembro filha” depois com o tempo que fui compreender o por que não querer acessar essas memórias que não faziam bem a ela.

Uma vez por mês nos encontrávamos na casa dela, no Morro do Sabiá como chamamos, lá o quintal e parte da estrutura da primeira morada até hoje mantém-se firme e forte, mesmo com as mudanças da construção da nova casa que tivemos que fazer. É um terreno grande, que hoje comporta a casa que era da minha avó e

de minha madrinha, esse é o lugar que sempre que volto para minha cidade pois é a minha casa, preciso estar de pé descalços, e conversar com as plantas, coisas que minha vó me ensinou. Eu amo plantas, e lá o quintal é cheio delas, principalmente as plantas de axé, espada de são jorge, boldo, aroeira, figueira, arruda, guiné, comigo ninguém pode, bem como árvores frutíferas, a composteira, cachorros, galinhas, lagartos entre outros animais que habitam e circulam por lá.

O quintal, que tem muita vida, criou doze filhos, passou por dois incêndios que perderam a casa em dois natais na década de 1970 e que superou muitas coisas, em uma cidade que hoje tem um pouco mais de 12 mil habitantes, de sua grande maioria descendentes de alemães e italianos. Quando minha avó faleceu, em 2014 eu estava trabalhando a temporada aqui em Santa Catarina, na guarda do Embaú, ela já estava debilitada por conta da diabetes que estava em estágio avançadíssimo. Antes de sua partida, passei uns dias com ela no hospital, e foi como se naquele momento eu acessasse várias coisas sem dizer uma palavra, apenas olhando para ela deitada na cama, ou entre uma sessão de hemodiálise e outra. Minha avó era muito católica, tanto que tínhamos o banco da família, quando chegamos na missa aos domingos de manhã tinha que passar por ela primeiro.

Quando soube de sua passagem, liguei para meu pai para retornar a minha cidade, ele disse “filha fica tranquila não precisa descer”, meu pai demonstrava pela sua voz muita calma, sereno. Estava em outro estado, longe de todos, são 10 horas de viagem de onde eu estava. Sabíamos já que ela não aguentaria muito, fez sua passagem no dia seis de janeiro de 2014 com seus 82 anos muito bem vividos, e eu estava vivendo um dos meus sonhos de morar próximo a praia, na Guarda do Embaú. Passei o luto todo muito conectada com a natureza e as águas. E dali em diante em sonhos comecei a querer de fato buscar mais informações sobre a minha família. Acabou a temporada e retornei para o Rio Grande do Sul, para trabalhar em Porto Alegre.

Quando concluí meu ensino médio em 2006, um dos meus sonhos era fazer medicina, estudei minha vida toda em escola pública, sou filha e sobrinha de professoras. Meus pais durante dois anos pagaram cursinho pré vestibular para mim, fiz duas tentativas na UFRGS e não consegui. Venho da região do vale do Taquari, e na época, já não conseguia me ver ali naquele lugar por mais que tivesse amigos, cursei três semestres de Biomedicina na universidade particular de Lajeado

(UNIVATES) trabalhei como babá, fazia faxina na casa de vizinhos para ter um dinheiro e ajudar em casa. Não via muita perspectiva de vida lá, sempre quis sair, conhecer outras pessoas, novos lugares.

Figura 5 - vó Zulmira Silva de Brito



Fonte: Acervo pessoal (2013).

Tendo sido criada em tal ambiente, eu pude testemunhar e aprender. Mas, ainda assim, como as pessoas mais velhas antes de mim que foram obrigadas pelas circunstâncias a deixar, voluntária ou involuntariamente, seu lar ancestral, eu deixei aquele mundo do meu início e adentrei no estranho mundo universitário predominantemente branco e elitista [...] (hooks, 2023, p. 150)

Foi então que decidi tentar mais uma vez o cursinho na capital, morei com uma tia minha e fui fazer um especial de Medicina, e mais uma vez não consegui. Dei um tempo e fui buscar trabalhos, trabalhei durante um bom tempo no comércio, vendendo roupas, depois a vontade de estudar retornou, pois estava conhecendo e circulando espaços que pra mim eram muito importantes. Quando passei pela primeira vez e descobri onde era a UFRGS, me encantei. Foi em Porto Alegre o momento em que eu me senti um corpo no mundo, minha própria embarcação parafraseando a cantora preta baiana Luedji Luna⁵. Conheci muitas pessoas e foi lá que as portas se abriram, foi quando comecei a frequentar espaços como a THEMIS

⁵ Eu sou um corpo, um ser, um corpo só / Tem cor, tem corte e a história do meu lugar, ô / Eu sou a minha própria embarcação / Sou minha própria sorte. (Um corpo no mundo, canção de Luedji Luna).

– Gênero, Justiça e Direitos Humanos⁶. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre (RS/Brasil), e fiz os cursos, conheci o movimento de mulheres negras, espaços esses que me formaram enquanto ser político.

Em 2016, quando a presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu em seu mandato um golpe de estado⁷, e depois de muito tempo fora dos estudos, decidi voltar a estudar e ingressar na UFRGS, estava em dúvida entre os cursos de Nutrição, Agronomia e Ciências Sociais. Prestei durante o ano de 2016 cursinho popular no Território Popular com professores que hoje são amigos e colegas que foram muito importantes na minha formação.

Diante de muitas coisas nesse caminho, tive um afastamento da minha família, por conta da saúde de minha mãe. Fiquei dois anos sem falar com minha irmã. Meus pais se separaram e foi uma situação que desestruturou muito minha família, meu emocional e psicológico, por isso me dediquei e foquei no trabalho. Minha mãe desencadeou uma série de questões desde a depressão, a hidrocefalia e teve muitos surtos psicóticos chegando a casos de ela ter que ser internada à força. Lembro de um dia ir visitar ela em Porto Alegre e ela estava amarrada nas mãos e nos pés, lembro que minha avó me dizia “Luana como vocês conseguem deixar ela lá” e eu dizia “vó é a única maneira”. Isso me bloqueou muitas coisas, fiquei uns três anos fazendo tudo sozinha, de ver médico, remédios, idas para clínicas e hospitais. Aquilo me consumiu tanto, que quando comecei a perceber que estava ficando mais longe do que eu queria para a minha vida, briguei, gritei e dividi as responsabilidades com meus irmãos.

Muitas coisas aconteceram inclusive a recuperação da saúde da minha mãe, e hoje depois de alguns anos a nossa relação com nossos pais está em um dos momentos que sempre esperávamos, de paz, cada um no seu caminho, se apoiando e se ajudando. Hoje em dia as ligações diárias de videochamadas são

⁶ A THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre (RS/Brasil).

⁷ O Brasil, em 2016, foi impactado por Golpe de Estado representado na perda de mandato da Presidente Dilma Rousseff em processo de impeachment com base legal duvidosa e moralmente frágil. Isto ocorreu sob argumento de que a presidenta cometera crime de responsabilidade devido às manobras contábeis de seus governos: edição de decretos de suplementação orçamentária e atraso em repasse de recursos ao Banco do Brasil. De fato, tratava-se de arranjos contábeis, prática corriqueira em vários governos.

mais leves, me vem um filme na cabeça quando vejo por tudo o que passei, passamos. E sempre me vem à cabeça um recado de Mãe Preta, do terreiro Território Morada da Paz, nação Muzunguê, majoritariamente mulheres negras a frente, que frequento desde 2016 no Rio Grande do Sul: “minha filha seu caminho é de rio, muitos obstáculos, muitas pedras, mas siga viu... tu tem a vó aqui, estamos contigo onde tu estiver...”.

Desde minha chegada no território Morada da Paz, muitas coisas começaram a fazer sentido, comecei entender que eu tinha uma missão e um compromisso e era com a pauta da alimentação e a população preta. Lá nesse lugar sagrado, de cura, e afeto de muito axé.

Quando ingressei em 2017 na UFRGS um turbilhão de sentires passou pela minha cabeça, na época estava em um relacionamento interracial desafiador e de muito aprendizado, e aqui compreendendo muito sobre as diferentes formas que nos alimentamos a nós e aos outros. Aqui também desabrochou uma Luana que foi produtora artística, se arriscou, elevou a autoestima, viajou, conheceu e adentrou em outros universos. Sempre circulei em espaços muito embranquecidos, por ser uma mulher negra no Sul essa é umas das memórias que carregamos.

Na universidade entrei no curso de Ciências Sociais, e com a bagagem do movimento das mulheres negras. Foi um choque, no segundo semestre quase desisti, mas foi a professora preta, Fernanda Bairros que me segurou e me trouxe para integrar e ser bolsista no Grupo de Segurança Alimentar Quilombola - Escola de Enfermagem e Programa de Pós Graduação em Epidemiologia - UFRGS (2017-2018). Na qual apresentei o Projeto de Iniciação Científica CNPq "Educação Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas com insegurança alimentar: resgate da cultura alimentar, promoção da alimentação saudável e da exigibilidade do Direito Humano à Alimentação"⁸ grata a essa professora que se estou hoje aqui escrevendo este TCC foi ela que segurou na minha mão e me abriu muitas portas

Desde então, estar na Universidade e representando a REDESSAN muitos caminhos se apresentaram pra mim, comecei a fazer viagens representando a rede.

⁸ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Figura 6 - Encontro da Rede Lai lai em Curitiba/PR, representando a REDESSAN



Fonte: Acervo pessoal (2017).

A Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN) possui por missão a articulação com organizações da sociedade civil para propor políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população negra e, em especial, de mulheres negras. A organização analisa, avalia e monitora os efeitos gerados a partir das políticas públicas de Soberania Segurança Alimentar e Nutricional voltados à população negra.

Minha chegada à rede foi através do convite de Maria Noelci Homero, carinhosamente chamada de Noh, como ela mesma pede para ser chamada. Em 2014 quando retornava para trabalhar e estudar em Porto Alegre-RS. Noh é uma das fundadoras da organização, é bibliotecária de formação pela UFRGS, funcionária pública aposentada, com militância marcada pelo movimento de mulheres negras desde a década de 80. Nos conhecemos em uma das atividades no primeiro semestre de 2014 em Porto Alegre para os preparativos para a Marcha das Mulheres Negras que iria acontecer em novembro de 2015.

Integrando a REDESSAN tive a oportunidade de compreender a alimentação de algumas maneiras, sendo como uma pauta de luta, ativismo e trabalho, bem como essas experiências. E só agora depois de alguns anos compreendo o caminho que esse tema passou pela minha vida. Primeiro é o ativismo e o trabalho; ingresso na REDESSAN em dezembro de 2014, e desde então todo o aprendizado de

integrar uma organização de mulheres negras, das tarefas e demandas e representações em espaços, mesas, encontros, fóruns, debates é neste momento então que começa a minha formação enquanto ser político, o movimento de mulheres negras é a minha escola de formação. Até janeiro de 2019 as viagens pelo Brasil, era constantes de estar participando em mesas representando a REDESSAN, neste momento também compreendo a potência do movimento de mulheres negras no Brasil e as oportunidades, experiências e vivências que tive representando essa organização.

Minha primeira representação foi na plenária para o 4º Encontro Nacional de Agroecologia em 2016 em Belo Horizonte, lembro que estava ansiosa e bem nervosa chegando lá, era minha primeira vez representando a organização, vários olhares estranhos, pré julgamentos, uma menina preta nova e questionadora. Nervosa com o novo, fui ao banheiro e um episódio que aconteceu foi de encontrar no banheiro uma senhora que me acolheu e logo mais fui saber quem era ela. Maria Emília Pacheco, antropóloga e primeira mulher a presidir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) entre os anos de 2012 e 2016, Maria Emília Pacheco atualmente assessora a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Figura 7 - Eu e Maria Emília, 1ª presidenta mulher e antropóloga do CONSEA



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Nos encontramos no banheiro e ela perguntou “você é de onde?”, respondi: “sou Luana de Brito e represento a REDESSAN, Noho Homero me incubiu de estar nesse encontro”. Maria Emília sempre muito cuidadosa e carinhosa me deu as boas vindas, detalhe, até então eu não sabia quem ela era e o que ela representava para o movimento, depois com o tempo e com as frequentes reuniões e encontros tanto do Fórum Brasileiro de Soberania Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) quanto na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) descobri e ela virou uma espécie de minha guardiã. Nesses espaços, me incentivava a falar, perguntar, e ela como uma exímia observadora com seu caderno de anotações sempre atenta. Desde então tenho contato, ligo sempre nos seu aniversário, estou afastada das representações da REDESSAN desde de 2022, quando decidi me dedicar mais à escrita do TCC e repensando meu papel de atuação na organização.

Em 2017 quando ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no curso de Ciências Sociais, vi uma nova possibilidade de atuação, dialogando com o que estava trilhando na REDESSAN, estava a construir meu caminho de pesquisadora na área, então ficou mais frequente minha participação em fóruns, encontros, seminários, palestras, apresentação de trabalhos. Comecei a frequentar congressos, em julho de 2017 vim pela primeira vez a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e acompanhei o 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, e acompanhei o trabalho intitulado de: “Rumo a um olhar feminista decolonial para pesquisas em gênero, raça, sexual” de Lízia Carvalho uma das integrantes da REDESSAN.

Em novembro estive presente no V Encontro Municipal de Agricultura Urbana - EMAU Florianópolis/SC, conheci os atores no campo da Agricultura Urbana na cidade. Me aproximei mais do tema com o olhar das Mulheres Negras, até porque mulheres negras eram poucas na representatividade desse tema no encontro. Conheci Cíntia Cruz e Carol, lideranças da comunidade do Monte Cristo e idealizadoras do Projeto Revolução dos Baldinhos.⁹ No final deste mesmo ano participei de uma formação na UFRGS e conheci o grupo de pesquisa do Tearsan (Teia de Articulação e Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional) através de uma metodologia de matriz de avaliação da política de segurança alimentar e nutricional, foi então que despertou o interesse na mobilidade acadêmica para a UFSC.

Em 2018 ingressei na mobilidade acadêmica e bolsista voluntária no Tearsan. Neste mesmo ano, tive a oportunidade de viajar para Cali na Colômbia, minha primeira viagem internacional, para o encontro da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas.

Em 2019 pedi a transferência para a UFSC, e me aproximo ainda mais do campo de atuação, também em 2019 escrevi meu primeiro capítulo no livro “Mulheres e Soberania Alimentar Sementes de mundo possíveis intitulado: Nossos passos vêm de longe: (Re)existir das mulheres negras e seu trilhar de um caminho para o bem viver”, uma realização do instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Estive também em fevereiro de 2020 pela primeira vez no continente africano, mas especificamente em Lagos na Nigéria, para apresentar o trabalho na Conferência Internacional: “Brasil na África / África no Brasil”.

A conferência aconteceu na Universidade do Estado de Lagos, Lagos, Nigéria, do dia três ao dia sete de fevereiro de 2020, em parceria com a Escola de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. Apresentamos eu e Aline de Moura Rodrigues, minha veterana no curso de Ciências Sociais na (UFRGS), o trabalho intitulado: “Sociedades epistemicidas: o silenciamento das amefricanidades em dois países

⁹ A "Revolução dos Baldinhos" é um projeto sócio-ambiental de agricultura urbana e gestão comunitária de resíduos orgânicos. É a sensibilização para coleta e transformação dos resíduos em adubo pelo processo de compostagem. É realizado pelos jovens da comunidade para melhoria da saúde das famílias.

“americanos”. Apresentar esse trabalho foi um desafio em vários sentidos desde o aceite da Conferência, as burocracias todas com documentos, as passagens, hospedagem e foi graças a rede de apoio e colaboradores da REDESSAN que conseguimos custear a passagem dessa viagem, pois não tivemos apoio de recursos de nenhuma das universidades que representamos Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim fizemos vaquinha online para custear o restante, foi uma viagem inesquecível de muitos encontros, e escritas futuras sobre essa experiência no continente africano.

Figura 8 - Eu e o livro “Mulheres e Soberania Alimentar”, obra em que escrevi um capítulo



Fonte: Acervo pessoal (2019).

O ano de 2019 foi bem generoso e cheio de portas e caminhos que depois fui compreender que alguns eu teria que abrir mão mais tarde. Iniciei meu estágio no Mandato Agroecológico do então Vereador Marquito, hoje deputado estadual pelo PSOL/SC, com essa vivência comecei a acompanhar o campo na perspectiva institucional, a política na prática, acompanhei também toda a articulação do mandato com as arenas que o mandato atua, seja no espaço político, como com a

sociedade civil, mas sempre com as inquietações dos discursos e a lacuna que é narrativa e da perspectiva das mulheres negras.

Comecei a acompanhar também os trabalhos da Rede Semear que foi formada em 2015 para ampliação do diálogo sobre a agricultura urbana na cidade de Florianópolis (SC, Brasil). Pouco tempo depois, em 2017, criou-se por meio de um decreto o "Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis" que atualmente se chama "Cultiva Floripa". Essa medida legislativa pode ter impactos modestos no aumento da agroecologia na cidade. As conquistas obtidas pela Rede Semear são resultado do esforço dos seus integrantes: pessoas da sociedade civil, o poder público e as ONGs como o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). A Rede Semear atua discutindo temas como: alimentação saudável, sensibilização, educação, integração e saúde da população.

No meio disso, após eu retornar de Lagos ao Brasil, no dia 10 de fevereiro de 2020, em 18 de março de 2020 encerramos os trabalhos presenciais e começamos uma nova nova modalidade de interação, de relações, trabalhos, de vida. A COVID-19 chega e escancara as mazelas de uma sociedade toda.

2.1 SEMEANDO MOMENTOS

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derrete!

Nêgo Bispo (2023)

A pandemia também mudou a configuração de um campo muito familiar, cheio de memórias afetivas e comecei a entender a minha relação com o tema da alimentação de um outro lugar. Meu pai aposentado começou a ficar mais atento à alimentação e começou a praticar um novo hobby, ocupou um terreno atrás da casa em que reside e começou a plantar. Começou com um espaço pequeno, plantando algumas alfaces, couves, tomates e temperos. Comecei a levar sementes que ganhava e estavam guardadas dos encontros de agroecologia que sempre trocamos

sementes crioulas entre as/os agricultoras/es presentes nesses encontros. Muitas das vivências que tive nos encontros com agricultores e apoiadores sobre as diferentes formas de plantio, as técnicas da agroecologia percebi que era a nova rotina dele. Ele ficou mais atento às questões ambientais, aos períodos de chuvas, criou várias estratégias para proteger as mudas e sementes e também abriu um portão no muro para não precisar dar a volta toda. Ele tem uma limitação na perna direita por conta da cartilagem desgastada e a capacidade do joelho de se movimentar livremente fica comprometida. Desde então fizemos muitas conversas via vídeo chamada para ver e saber da horta, das trocas, das formas de cultivos, toda vez que vou pra lá, a feira eu faço lá, a família toda já tem encomendas, a troca com os vizinhos, pois ele mora na cidade que nasci, Bom Retiro do Sul, interior do Rio Grande do Sul, uma cidade pequena com 12 mil habitantes.

Em setembro de 2021 passei o mês de setembro todo lá e uma outra memória resgatada foi de estar com ele na horta fazendo o plantio de mandioca, participando da rotina dele, de entender qual o horário que ele regava a horta. Esse é um dos momentos que mais me deixava em paz, o regar, ficar ali presente, escutando apenas o barulho da água caindo nas plantas, encharcando a terra, o cheiro de terra molhada que me lembra muito a minha infância. Ele descobriu que existia a menos de 50 metros da horta dele uma fonte de água, uma bica e que a água brotava da terra, ele começou a cuidar mais desse lugar, chegou a cercar também a horta para evitar que os cavalos que os vizinhos deixavam soltos ali entrasse na horta.

Estávamos conversando, e ele me disse que lembrou que a batata não ia vingar pois ele não plantou do jeito que minha avó, mãe dele fazia. Neste momento, mais uma chave virou na minha cabeça e acessei uma outra relação da alimentação. Meu pai me contou que Zulmira Silva de Brito, minha avó, mãe dele, tinha uma roça quando eles eram pequenos, eram 12 irmãos, minha avó lavadeira, meu avô trabalhava com embarcações na região, logo depois minha avó começou a trabalhar na escola em que eu, meus irmãos meu pai e meus tios estudamos e minha avó foi merendeira nesta escola durante alguns bons anos.

Em setembro de 2021 eu estava assessorando um projeto do Observatório da Alimentação Escolar (OAE) e fiquei muito emocionada pois parecia que tudo estava fazendo sentido. Uma reflexão importante, escrevo durante grande parte deste

trabalho sobre mulheres negras, mas em alguns momentos menciono meu pai, enquanto um homem negro que é referência na minha vida, como a pessoa que cuida da alimentação, da comida, da produção de alimentos, da importância de marcar para além de uma exceção, mas como a importância do papel de homens negros que são impedidos ou impossibilitados de exercícios desse modo de viver.

Tanto bell hooks, como Audre Lorde e Lélia Gonzales escrevem sobre homens negros e a importância de considerar suas experiências de vida e subjetividade para além da narrativa de desumanização, violências e colonização.

Invisível na existência e nas suas dores, homens negros têm reivindicado o direito de falar de suas experiências e angústias. Os homens negros nunca estiveram presentes nos projetos desenvolvimentistas do país, sendo sua relevância sempre atribuída aos trabalhos braçais que eles poderiam desenvolver. A interseccionalidade tem nos permitido verificar a pluralidade de vivências das masculinidades negras, entretanto, algumas características atravessam todos os corpos. Eles sofrem a opressão das hierarquias sociais, são pressionados pelo sistema de identidade de gênero e ficam à mercê das narrativas militarizadas, das forças do mercado e da estigmatização (PINHO,2014).

A dificuldade coletiva da população negra da diáspora com a arte de amar tem raiz no contexto escravocrata, no qual os ancestrais foram submetidos e presenciaram todos os tipos de violências. Arrancados de suas terras natais, o banzo era um dos principais sentimentos vivenciados pelos povos escravizados (bell hooks,2019). Os homens negros enfrentam continuamente uma tensão racial que, por meio da manifestação do racismo, tem o potencial de minar sua identidade e sua saúde mental. Por fim, hooks está preocupada com o sexismo que afeta toda a sociedade, mas também em como ele se expressa através dos homens negros. “Homens negros muitas vezes vivem em uma prisão mental, incapaz de encontrar uma saída” (bell hooks,2022, p.32).

E aqui apresento a relação com meu pai, que encontrou uma saída, quando decidiu colocar a mão na terra, e a terra dá, a terra quer, a terra é remédio, a terra cura. Desde o momento de ressignificar os nossos momentos juntos. Quando era mais nova, poucos os momentos que tínhamos juntos, eu e meus irmãos com ele, pois ele estava sempre trabalhando, ou na Barragem, ou aos finais de semana que ela fazia trabalho apitando jogos de futebol no interior do estado, era uma outra fonte

de renda para nossa família. E aqui bell hooks é certa quando apresenta a importância de discutir a saúde mental dos homens negros representa, em sua essência, um ato revolucionário (hooks, 2022). Meu pai como um bom libiano, da paz, evitando sempre os conflitos, mas ao mesmo tempo muito introspectivo e observador, falando sempre só o necessário. Isso ocorre porque ao abordar as feridas previamente ocultas, estamos criando oportunidades para superar estigmas e desvendar potenciais latentes. Permitir que esses homens se expressem equivale a abrir as portas de suas almas, que por tanto tempo permaneceram fechadas, possibilitando a descoberta de todo o potencial que sempre existiu por trás delas. E meu pai encontrou na horta uma de suas muitas habilidades, do cuidado, da rotina de regar, de preparar a terra, de estudar qual melhor estrutura para proteger do sol, da geada das fortes chuvas, e tenho a grande honra de presenciar e acompanhar esses momentos, em um primeiro momento muito no âmbito virtual, mas depois mais presencialmente. De perceber que ele está muito bem, mais disposto, com saúde mental, física em equilíbrio, pró ativo, demorou para ele se encontrar, mas quando experimentou, tentou, errou, acertou, mas está se encontrando. Hoje a horta já não é a única prioridade como foi na pandemia até o ano 2022, mas foi essencial para ele também compreender os ciclos, os momentos, os desafios, os medos e inseguranças e abandonar velhos hábitos, como o cigarro e o álcool. Hoje ele foi buscar outra vontade, sonhos e experimentar outras coisas, como aposentado, está morando na praia e agora tem seu quiosque, prepara drinks e deliciosos petiscos na beira da praia em Arroio do Sal, litoral norte do Rio Grande do Sul.

Figura 9 - Horta do pai em Bom Retiro do Sul/RS
Figura- 10 Eu na horta do pai em Bom Retiro do Sul/RS



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Após finalizar o estágio em 2021, no ano de 2022 dei início como articuladora territorial no Projeto da Fiocruz que aborda agricultura urbana, direito à cidade e promoção da saúde. As relações entre agricultura urbana agroecológica, promoção da saúde e direito à cidade são enfocadas na pesquisa, que visa fortalecer a atuação em redes e a construção do conhecimento em torno da temática. Os atravessamentos provocados pelas dimensões de gênero, raça e justiça ambiental também são considerados no projeto, que reflete sobre o cenário nacional e se debruça sobre experiências e memórias construídas por redes e grupos de agroecologia nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES), e nos municípios de São Paulo (SP) e Florianópolis (SC).

Como desdobramentos, foram construídos até então um “Rio do Tempo” - metodologia participativa de levantamento de marcos históricos - com a trajetória da agricultura urbana (AU) no Brasil; uma biblioteca pública nacional da agricultura urbana que será disponibilizada virtualmente; e um mapeamento de grupos de pesquisa de instituições nacionais que trabalham com o tema. O projeto foi viabilizado por meio de emenda dos, à época, parlamentares: Deputada Federal

Talíria Petrone (PSOL/RJ); Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Deputado Estadual Flávio Serafini (PSOL/RJ), Vereador Marquito (PSOL/SC) e Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL/MG). O lançamento de uma publicação condensando os avanços da pesquisa aconteceu em novembro de 2023, durante o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), no Rio de Janeiro. A expectativa é de que a publicação e os demais materiais produzidos coletivamente nas etapas nacional e de articulação territorial possam ser apropriados pelas redes, organizações e experiências e contribuam para revigorar as agriculturas que acontecem nos centros urbanos, em sua diversidade de expressões, práticas e povos envolvidos.

A nossa agricultura tradicional antecede toda e qualquer agricultura com técnicas que estão sendo apropriadas. O povo preto foi transferido de Quemedé e de outros territórios para o Brasil e eram pessoas que já dominavam as técnicas agrícolas (Mestre Renato - Espírito Santo).

Essa fala de Mestre Renato, agricultor que participou do Encontro Construção do Rio do Tempo no Espírito Santo, diz sobre as muitas questões que são caras para nossa cultura, e que diz respeito ao nosso modo de vida.

Figura 10 - Projeto Semente

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

CNAU
Coletivo Nacional de
Agricultura Urbana

**Projeto Agricultura urbana agroecológica,
direito à cidade e promoção da saúde:
intercâmbios para o fortalecimento de
práticas e redes**

Foto de Reunião
Presencial de
alinhamento da
equipe nacional
sobre início do
Projeto

**Projeto Semente, construído
nacionalmente em 6 Regiões
Metropolitanas**

MG PE ES
SP RJ
SC

**Objetivos
do projeto:**

**Fortalecer a atuação em rede e a
construção do conhecimento sobre
as relações entre agricultura urbana
agroecológica, direito à cidade e
promoção da saúde**

Fonte: Fiocruz (2021).

Volto ao começo, para de onde vim, e para onde retorno: a história da minha família. Em setembro de 2021 passei o mês todo na cidade onde nasci, passei muito tempo com meu pai na sua horta, entre um intervalo e outro do home office, ia para a horta ajudar ele a fazer o plantio de aipim, limpar as “ervas daninhas”, “arrancar os inços”,¹⁰ como ele diz, e no plantio de batata ele me diz: “plantei errado tem que fazer um montinho, deixar bem fofo, tipo um vulcão para a batata vingar” perguntei a ele “como tu sabe pai?” Ele me disse: “quanto nós tínhamos a roça, lá embaixo perto

¹⁰Erva daninha e arrancar os inços são termos utilizados para descrever plantas, muitas vezes, mas não sempre, exótica, que nasce espontaneamente em local e momento indesejados e podem atrapalhar o plantio.

da barragem da avó fazia assim [...]”. Me emocionei pois mais uma vez fui surpreendida por mais um conhecimento passado pelo meu pai sobre o conhecimento ancestral da minha avó.

Lembro que perguntei para meu pai também se ele sabia que o que ele estava fazendo ali no terreno é o que eu pesquiso e estudo, e ele: “sim sei, tem coisa melhor do que mexer na terra Luana?! A terra cura [...]”. Em uma das conversas com minha irmã que também tem mudado seus hábitos alimentares, comentamos sobre como nos últimos tempos a nossa relação está mais harmoniosa, mais em paz. Esses resgates de práticas de mexer mais na terra, de fazer e preparar a comida juntas, estar mais presente e atentas nas trocas e escutas, percebemos muito mais pelo fato de não estar mais residindo na mesma cidade, estando em outro estado onde a presença física abre mais espaço para a saudade, sendo assim valorizando ainda mais os momentos de estarmos todos juntos.

Figura 11 - Meu pai trabalhando na horta



Fonte: Autora (2021).

2.2 DE VOLTA AO COMEÇO

Em 2023 me dedico total à escrita do TCC, e as minhas pesquisas, peço afastamento da REDESSAN, organização que me lançou no mundo, e que sou eternamente grata, e começo a caminhar pelas minhas próprias pernas, com toda a bagagem, instrumentos e ferramentas necessárias. Integro a equipe e passo a atuar na assessoria parlamentar com a primeira vereadora negra eleita na cidade de Florianópolis Tânia Ramos, pelo partido do PSOL, articulando mais diretamente na pauta da alimentação nas suas arenas de disputa. Com o apoio do “Mulheres Negras Decidem” na qual desde 2019 estou articuladora política na região sul, movimento que tem como objetivo qualificar e promover a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, fortalecendo a democracia brasileira, usando como estratégia a superação da falta dessa representatividade nas instâncias de poder. Com isso, a rede atua por meio de formação política, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.

Figura 12 - Encontro Mulheres Negras Decidem (5 anos)



Fonte: Margot Sant'Anna Fotografia (2023).

Chegar até aqui, e perceber a trajetória das mulheres negras feministas na qual incluo também as minhas ancestrais, compreender que elas foram os temperos, cheiros, toques principais para que eu me mantivesse alimentada na luta

da alimentação, teve sim nesse percurso, algumas intoxicações, indigestões. Reavaliar o que me alimentava de verdade, sem nenhum tipo de veneno, e que no final de tudo tive que voltar para o chão da cozinha e ter uma conversa de pertinho com as minhas mais velhas, me reconectar com minha tataravó Etelvina José da Silva, minha bisavó Maria Doraci e Zulmira e voltar a comer, me alimentar, com as raízes que as mantinham vivas e com saúde. Com a experiência de cuidado e cultivo de meu pai, que aprendeu com essas mulheres que a terra cura e o que a terra dá é a vida, tem uma frase de Nego Bispo que diz que : “Nossa geração avó dizia que a gente planta o que a gente quer, o que a gente precisa e o que a gente gosta, e a terra dá o que ela pode e o que a gente merece (SANTOS,2023).” Isso também me alimenta, para compreender a dimensão de horizonte de futuro, da construção de vida e de uma perspectiva para a luta política.

3 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NA GARANTIA DO DHAA

É tempo de falarmos de nós mesmos não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação (Nascimento, 2018).

Minha análise etnográfica baseia-se nas contribuições do campo da epistemologia feminista negra, da escrevivência de Conceição Evaristo, Rute Costa Lima, Fernanda Bairros, que tem como foco a agência de mulheres negras e dos estudos críticos e interseccionais sobre a alimentação que se torna um elemento central de ação política. Embora os temas em torno da alimentação e nutrição adequada (ou de sua ausência) estejam em evidência há alguns anos, especialmente em função das epidemias e seus agravos, tais discussões raramente passam pela perspectiva dos direitos humanos.

No artigo Doenças, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis Flávia Medeiros e Priscila dos Anjos apontam sobre descrições etnográficas, e as situações sociais em relação à Covid-19 em Florianópolis/SC,Brasil.

Diversas são as violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) vivenciadas por brasileiros e brasileiras. As iniquidades (as desigualdades injustas e produzidas pela sociedade) marcam, historicamente, os sistemas e

processos alimentares. É insuficiente o reconhecimento de que elas expressam violações e violências que afetam de forma mais marcante as vidas de pessoas negras, das mulheres, das crianças, dos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (PCTs)¹¹ e daqueles e daquelas com baixa renda. São também insuficientes os olhares sobre como essas iniquidades se expressam nas diferentes etapas do processo alimentar, bem como reflexões que apontem para caminhos de superação.

Em um país marcado por profundas desigualdades, é importante reconhecer que o racismo, o sexismo, e o patriarcado são causas estruturantes de violações ao DHAA. Esses processos históricos, sociais e políticos têm marcado a vida das pessoas que compõem os grupos sociais mencionados, fazendo com que sejam cotidianamente discriminadas. Tal situação se traduz no desrespeito a seus direitos fundamentais mais básicos, como o direito a se alimentar adequadamente e o de ter acesso a terras originárias e tradicionais.

3.1 SSAN E DHAA

Aqui discorrer sobre conceitos e processos relacionados ao campo da Soberania Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada para compreender os caminhos, desafios e avanços da pauta da alimentação no Brasil nas suas intersetorialidades.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito de todas as pessoas ao acesso permanente a uma alimentação de qualidade baseada em práticas promotoras de saúde que respeitem a cultura e sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A análise da culturas do Atlântico Negro, ele como um marcador social, um dispositivo da racialidade, e o caráter diaspórico é particularmente valiosa, entre outros aspectos, por dar visibilidade a uma face da história cultural obscurecida pelo véu do absolutismo étnico: a relação dos negros com a modernidade ocidental. Este

¹¹Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica

constitui, sem dúvida, um dos principais pontos de análise apresentados. Segundo Gilroy (2001), durante a diáspora, os negros criaram um conjunto de questões mais do que um corpo único sobre a modernidade e seus dissabores que continua presente nas lutas culturais e políticas de seus descendentes. No entanto, o racismo moderno não reconheceu os negros como pessoas com capacidades cognitivas, ou mesmo com uma história intelectual. Um dos aspectos mais explorados no livro é o reconhecimento da duplicidade como sinal diacrítico da história intelectual do Atlântico Negro que integra o ocidente sem fazer parte completamente dele.

A promoção da SAN garante a materialização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), este direito está contemplado no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada no artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, e a operacionalização do alcance de seus conteúdos e de sua aplicação foi detalhada no Comentário Geral nº 12. No período entre 2003 e 2014, o Brasil apresentou uma significativa trajetória do Estado no combate à fome e na garantia do DHAA, evidenciado pela emblemática atenuação das múltiplas faces da fome.

A pesquisadora Milena Corrêa Martins em sua tese intitulada “Descentralização do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (2021), apresenta dados e resultados importantes que também subsidiam essa escrita visando compreender a dimensão da pauta alimentar no Brasil e fora dele. Em sua pesquisa a autora teve o intuito de analisar as múltiplas características da descentralização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) a partir de uma análise descritiva e exploratória dos estados.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem assumido protagonismo no debate mundial com a persistência da fome, os impactos do sistema agroalimentar no meio ambiente e o aumento progressivo de doenças crônicas, fazendo com que diversos países instituíam políticas nesta área. A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada requer a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis federativos. Neste quesito o Brasil garantiu destaque internacional, e criou um

sistema público, com a constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Para alcançar o seu propósito, o Sistema e a Política devem estar integrados pelos entes federados, garantindo a efetiva implementação de forma descentralizada nos governos subnacionais. O processo de implementação do SISAN deve ser feito de maneira participativa e dialogada. Para tanto, é fundamental uma forte articulação com todos os setores relevantes da sociedade organizada e com os órgãos públicos. O SISAN tem como objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

Para que o SISAN e as políticas e planos de segurança alimentar e nutricional em construção promovam, de fato, o DHAA, é fundamental a disseminação e o compartilhamento de conhecimentos sobre esses temas. A capacitação permanente da sociedade civil e de agentes do poder público, em diferentes níveis, bem como de membros dos CONSEAs, representantes de diferentes conselhos de políticas públicas e outros atores sociais envolvidos na promoção da SAN, sem dúvida, contribuirá para a atuação dessas pessoas em suas realidades. No caso de gestores(as) públicos(as), possibilitará o melhor cumprimento de suas obrigações; no caso dos titulares e defensores de direitos como é o caso da REDESSAN, possibilitará que eles possam cobrar direitos, promovendo a melhoria das condições de vida da população.

Os estados brasileiros, foco deste estudo, possuem atribuições estratégicas para garantir a eficácia do processo descentralizador desta Política. Todavia, nos últimos cinco anos, inicia-se no país um desmonte das políticas de SAN, superado no Lula III. Milena Corrêa Martins em sua dissertação apresenta dados e reflexões de que apesar da desestruturação nacional, muitos estados mantiveram suas estruturas e permanecem aderidos ao Sistema, possuindo, portanto, responsabilidades visando à garantia da SAN (Martins, 2021).

Produzir, pesquisar e analisar as dimensões da SAN e DHAA pautada no caráter intersetorial da gestão dos programas e políticas públicas de combate à fome governos prévios do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016 é um caminho importante para compreender os desafios, os obstáculos e os próximos

passos para avançar na efetivação da comida no prato para todas, todos e todes. Lis Blanco em sua tese intitulada “Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero” (2022) desenvolve uma análise das transformações das formas da fome ao longo da trajetória social do Programa Fome Zero (PFZ), buscando desvelar processos de produção do que Michel Foucault chama de “governamentalidade” (1999, 2008a, 2008b). O PFZ foi reconhecido como um programa guarda-chuva, institucionalizado no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência (período do primeiro mandato), mas concebido a partir de mobilizações da sociedade civil no período pré-redemocratização, e considerado um marco nas políticas sociais no país (Blanco, 2022).

Algumas reflexões sobre a fome e a sua transformação ao longo da trajetória do PFZ ainda pairam no ares, que foram se tornando mais evidentes a partir da experiência, globalmente compartilhada, da pandemia de COVID-19. Os efeitos desta pandemia ainda assolam o país até o momento de escrita deste trabalho de conclusão de curso e também diante da atual conjuntura que o país se encontra, a volta oficialmente do Mapa da Fome da FAO em 2022, eram 33,1 milhões de pessoas que passaram fome, em situação de Insegurança Alimentar (IA). Não são números, e sim pessoas, existe um contingente, muitas pessoas são invisibilizadas pelo processo sócio-histórico que as desigualdades sociais e raciais atravessam a realidade da população brasileira. O processo eleitoral de 2023, com o retorno da nova gestão do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a retomada de programas e políticas essenciais, bem como dados e resultados de pesquisas mais recentes sobre como o país está caminhando para garantir o DHAA e SAN no país. Destaco a importância da pesquisa feita pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), criada em 2012, congrega pesquisadoras(es), estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Entre os objetivos previstos em seu estatuto, destacam-se o exercício de uma pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), e também a contribuição para o debate público de ações e políticas públicas que tenham interação com a SSAN. Cumprindo

com esses objetivos, a Rede PENSSAN realizou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Ao olhar para a fome, é importante lembrar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa. E que mudanças em percentuais de insegurança alimentar — ainda que pareçam pequenas — significam milhões de pessoas convivendo cotidianamente com a fome. Insegurança alimentar é a condição de não ter acesso pleno e permanente a alimentos. A fome representa sua forma mais grave. (Rede PENSSAN, 2021).

A análise feita por Blanco, é de extrema importância para compreender como os programas e políticas públicas são centrais para a efetividade e para assegurar um dos direitos básicos humanos que é a comida, o alimento. Reconhecer o trabalho feito em 2003 no primeiro governo do presidente Lula, há vinte anos, é fundamental para olharmos hoje sobre as possibilidades e necessidades do fortalecimentos de políticas públicas que garantam o DHAA.

[...] para a transformação da realidade da fome no Brasil diz respeito à implantação, em 2003, do Programa Fome Zero, institucionalizado logo após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. A partir desse momento, o combate à fome teria se transformado em uma preocupação nacional, mobilizando recursos, técnicas e atores dos mais diversos, o que culminou na mencionada saída do Brasil, em 2014, do Mapa da Fome (FAO, 2014). Ao mesmo tempo, tal combate também propiciou a consolidação de uma transição nutricional/alimentar no país, na qual teria ocorrido um declínio da prevalência de desnutrição em crianças e a elevação da prevalência do sobrepeso/obesidade em adultos (Batista Filho; Rissin, 2003).

No Brasil, embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 seja conhecida como Constituição Cidadã, o DHAA foi inserido apenas em 2010 no rol de direitos fundamentais sociais do artigo 6º. Essa conquista é fruto de uma ampla mobilização social, na qual se destacou o pioneirismo de Josué de Castro¹²,

¹² Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro, foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.

em especial em 1946, com a publicação do livro Geografia da Fome, que denunciava a fome como um problema social e político (Valente, 2002). Contemporânea de Josué de Castro, Carolina Maria de Jesus¹³, mulher negra, mãe solo e moradora de uma comunidade pobre que denunciava a fome no país e sempre retratava em seus livros os problemas sociais já no início do século passado. Foi em seu primeiro livro intitulado “Quarto de despejo” (1960) que a fome começa aparecer frequentemente nos textos da escritora: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome!”. Carolina Maria de Jesus bem como outras autoras negras que trazem em suas escritas a alimentação de outras perspectivas, de outros lugares possíveis, abordam um dos mais importantes registros sobre as condições de vida da população negra em que a cozinha é o coração de uma casa, de um barraco, no pós abolição no Brasil, do ponto de vista de uma mulher negra. Em um trecho biográfico, Carolina nos apresenta sonhos da vida que lhe foram sistematicamente negados pelas condições impossíveis de sobrevivência, mas que é possível sonhar.

Muito além de garantir o direito à uma vida livre da fome e da má-nutrição, o DHAA visa a garantia a alimentos adequados, seguros e saudáveis. Em 2002, o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para o DHAA o definiu como:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Brasil, 2006).

Nessa caminhada tive também a oportunidade de conhecer e participar de alguns encontro com a presença de Flávio Valente, uma pessoa importante para a luta na garantia do DHAA, com graduação em Medicina pela Universidade de São Paulo (1972) e Mestrado em Saúde Pública, com concentração em Epidemiologia da Nutrição e Saúde Materno Infantil - Harvard School of Public Health (1976). Foi professor de Nutrição em Saúde Coletiva, e Nutrição em Saúde Pública na década de 80 na UFBA e UFSC. Participou desde o primeiro momento no movimento de combate à fome, tendo coordenado o Núcleo de Estudos da Fome na UFSC. Atuou

¹³Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra, compositora, cantora e poetisa brasileira. Ficou famosa por seu primeiro livro Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, publicado em 1960 com auxílio do jornalista Audálio Dantas.

em organizações nacionais e internacionais como assessor e consultor. Coordenou a preparação e realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, (CNAN -1986), enquanto parte dos trabalhos da 8ª Conferência Nacional de Saúde. O relatório final da CNAN incluiu a primeira proposta de criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, que foi eventualmente incorporada na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como CONSEA. Participou do Movimento Nacional de Combate a Fome, que acabou desembocando na Ação da Cidadania (1991), e Movimento Pela Ética na Política, sob a facilitação de Betinho e a criação do Movimento de Segurança Alimentar. Foi um dos ferrenhos defensores da inclusão da Nutrição, no conceito de SAN e encabeçou a luta pelo reconhecimento do Direito Humano à Alimentação e Nutrição como meta central da política de SAN, foi Relator Nacional para o DHAA, água e terra rural e cumpriu um papel central na esfera internacional, representando a sociedade civil latino-americana no processo de elaboração das Diretrizes Voluntárias para o DHAA.

O ato de comer e de nutrir-se é muito mais que um ato instintivo movido pela sensação de fome. Os seres humanos não se alimentam com ferro, proteínas e vitaminas. Nós nos alimentamos com refeições, que são socialmente produzidas desde o momento de semeadura e colheita de culturas alimentares diversificadas, até o momento do preparo e da partilha. Seres humanos, ao longo de sua evolução, desenvolveram uma relação complexa com o processo alimentar, transformando-o em um ritual rico de criatividade, partilha, amor, solidariedade e comunhão entre seres humanos e com a natureza, permeado pelas características culturais de cada comunidade e agrupamento humano (Valente, 2016, p. 6).

Apesar dos conceitos citados acima buscarem avançar nas múltiplas facetas da alimentação e contemplar toda sua multidisciplinaridade, sempre geraram inquietações em mim. Uma das coisas que mais me causavam estranheza nas minhas pesquisas, são que as referências bibliográficas são majoritariamente brancas e masculinas sobre o tema da SSAN E DHAA. Outro ponto que me soava estranho era o fato de que estávamos falando de DHAA, mas quem de fato são considerados humanos de direito a acessar alimentação?

Onde e como são incorporadas as contribuições práticas e analíticas de mulheres e homens negros como minhas ancestrais e meu pai? E como jovens negras, como eu, participam da formulação e implementação dessas políticas públicas?

Neste sentido, dialogando e aproximando a teorização da ancestralidade e do conceito de morte Antinegra (que na minha perspectiva tem muito a ver com a luta pela Soberania Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à fome) recordo-me do texto do autor Osmundo Pinho que chama-se: “A pessoa do escravo: morte social e imaginários políticos da Diáspora africana no Brasil”.

No primeiro momento Pinho aborda o conceito da escravidão, na qual o ponto de vista da condição do escravizado, poderia ser caracterizada como uma forma de “morte social”, o escravizado é alguém socialmente desenraizado, sem vínculos estatutários e familiares, direitos ou obrigações civis, rituais ou seculares, estando assim seccionado da cadeia de relações sociais que integram sujeitos as sociedades. Sem antepassados nem descendentes, só poderia ser “ninguém”, sem herança ou legado. Como discutem tanto Orlando Patterson em “Escravidão e morte social” (1982) quanto o antropólogo francês Claude Meillasoux (1925-2005), em “Antropologia da escravidão - o ventre de ferro e dinheiro” (1986), o que se enfatiza no caso de Patterson é a morte social, e no caso de Meillasoux, o desenraizamento, seu corolário. E até hoje as pesquisas e relatórios evidenciam que as pessoas que mais estão em situação de fome são as pessoas negras. Nesta reflexão apresento também uma pessoa muito importante para a ciência, e uma grande referência nas leituras e pesquisas sobre a alimentação e suas dimensões. Milton Santos, foi um geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro. Considerado um dos mais renomados intelectuais do Brasil no século XX, foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970. Ele que também escreveu muitas obras e uma delas Por uma outra globalização, que na minha perspectiva dialoga muito com a temática da alimentação.

O geógrafo defende neste livro a ideia de que é preciso uma nova interpretação do mundo contemporâneo, uma análise multidisciplinar, que tenha condições de destacar a ideologia na produção da história, além de mostrar os limites do seu discurso frente à realidade vivida pela maioria dos países do mundo. não menos importante do que as outras obras que ele escreveu. Também escreveu o prefácio do livro Geografia da Fome de Josué de Castro. Quando a Geografia da fome foi publicada pela primeira vez, em 1946, o país passava pelo processo de redemocratização e tentava enfrentar suas fraturas mais evidentes.

Também trazia reflexões importantes sobre a alimentação, mas especificamente sobre a fome na fazenda uma interseção com a geografia, e neste ponto ressaltou que no Brasil especificamente a fome assola, atinge uma parcela específica da população. Milton também faz a relação do capitalismo e da globalização de como as coisas estão relacionadas “ a questão da fome não é a produção de alimentos , mas a distribuição dos alimentos. Produzimos mais comida do que consumimos. Os poderosos decidem que alguns não devem comer?”. Milton Santos, afirmou, com essa frase, algo que fica cada vez mais evidente: as novas tecnologias possibilitam a produção de alimentos em larga escala, mas a busca por lucro impede que uma real distribuição de alimentos ocorra.

Dessa forma, milhões de toneladas de alimento são jogadas fora todos os anos por conta da falta de logística humanitária na perspectiva de compartilhamento de alimentos. Assim, os poderosos - donos das indústrias produtoras - acabam decidindo quem vive ou morre, já que está nas mãos destes indivíduos todo o poder de direcionamento de produção.

Decorridos mais de setenta anos, é doloroso notar como elas se aprofundaram. O autor denuncia a fome coletiva como um fenômeno social presente em todos os continentes, com foco no Brasil. E defende que ela é decorrente dos sistemas econômicos e sociais, não de condições climáticas, argumento que amplia o escopo do debate sobre as raízes do subdesenvolvimento.

Eu sempre tentava trazer essas questões para os encontros nos quais participei, de que era preciso aprofundar mais sobre as questões de acesso a essa alimentação, qualificar os marcadores sociais para de fato ter efetivação na política pública que “lá na ponta” ia ser concretizada. Ponto importantíssimo desde a perspectiva etnográfica, pois tem a ver com a prática e não com o deve ser. Era difícil nos ambientes e espaços em que circulava, primordialmente brancos, os congressos, eventos, encontros, as indicações de leituras de referencial teórico também eram em sua quase totalidade branca. Toda vez que compartilhava algum texto em que No Homero (uma das fundadoras da REDESSAN) indicava para nos preparar, nossas formações internas, minhas contribuições e indicações não eram validadas muito menos escutadas para além do núcleo da Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN). Eu não me

conformei, por que sempre ter que estar referenciando os mesmos homens brancos?

Nas minhas andanças conheci pessoalmente a maioria deles que ainda estão bem ativos nas produções e pesquisas, tenho um respeito e admiração, e foi importante para me tirar da “zona de conforto”. Foi então que comecei a buscar em outras áreas e campos as minhas referências bibliográficas interseccionais sobre alimentação, desde a saúde coletiva na perspectiva mais ampla do tema, bem como, explorar como a temática é vista em livros de contos, literaturas, romances, autobiografias, até mesmo nas letras de músicas.

A comida é uma das diversas maneiras que alimentam uma família, ou grupo de pessoas. bell hooks em seu livro “Irmãs do Inhame, mulheres negras e autorrecuperação” reflete sobre as formas como a saúde emocional das mulheres negras foi e continua sendo impactada pelo sexismo e pelo racismo e de como isso também está atrelado ao alimento, ao nutrir o corpo, a mente e a alma. “Inhame uma símbolo de sustentação da vida para o parentesco e a comunidade negra. Em qualquer lugar onde as mulheres negras vivem, nós comemos inhame. “O inhame é um símbolo de nossas conexões diaspóricas. O inhame nutre o corpo enquanto alimento e também é usado de forma medicinal para a cura do corpo.” (hooks,2023,pg.20).

E aqui, reverencio aquelas e aqueles que vieram antes de mim neste território ancestral, dou luz a luta histórica das mulheres negras, aquelas que violentamente e forçadamente pelos processos de escravização empreendidos pelos europeus no continente africano chegaram nas américas, atravessando o nosso denso cruzo atlântico negro.

3.2 AS MULHERES NEGRAS QUE ALIMENTAM O BRASIL

As mulheres negras que alimentaram o Brasil com abastecimento nutritivo continuam sendo vital a importância fundamental que tais mulheres tiveram e ainda têm na formação de nossa ou nossas culinárias, bem como modos e técnicas de plantios, em âmbitos regionais ou nacional. As mães pretas, Dona Benta, Baianas do acarajé, as quebradeiras de coco, as catadoras de marisco e pescadoras. Sendo assim, falar de SAN e DHAA no Brasil passa por caminhos, espaços e territórios que

precisam ser visibilizados, evidenciados e referenciados. É preciso resgatar o papel fundamental que passa pela produção dos alimentos, e aqui falar de acesso à terra e ao território em um país que tem uma dívida histórica com a população afro diaspórica, com as mulheres negras e seus territórios de partilhas: cozinhas, quintais e terreiros, que são espaços esses que alimentam corpo, mente e espírito. Tecnologias ancestrais que carregam um legado.

“A terra cura!” como diz meu pai. Falar de alimentação é falar de direito à propriedade privada, o fundamento do capitalismo, o direito à terra, a produzir, autoprodução. Falar de reforma agrária, uma política pública que tem como objetivo principal promover a redistribuição de terras, proporcionando uma distribuição mais justa e equitativa da propriedade fundiária. De um direito que foi negado à população negra escravizada quando chegaram aqui, e além, que nunca foi devidamente reparado. Lembrando que na chegada dos europeus, especialmente italianos e alemães em Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul, esses receberam lotes de terra.

3.3 INTERSECCIONALIDADE E RELAÇÕES RACIAIS

Antes de explicar o conceito de interseccionalidade, vamos fazer uma viagem pelos Estados Unidos, no ano de 1851, na cidade de Akron (Ohio). Naquele lugar, ocorreram diversas reuniões em prol dos direitos das mulheres. Estas reuniões enfocavam principalmente os direitos das mulheres brancas, ignorando as necessidades específicas das mulheres negras, que haviam sido escravizadas por séculos. Em 1851, durante uma dessas reuniões, Sojourner Truth proferiu um discurso extremamente impactante, que se transformou em um registro histórico de caráter visionário. Na ocasião, ela destacou a importância de discutir e compreender que a opressão de gênero não é a única forma de opressão existente. Ela ressaltou a necessidade de abordar as interseccionalidades das opressões.

Sojourner Truth, uma mulher negra nascida em condições de escravidão em Nova York em 1797, destacou-se como abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres negras. Em 1851, participou de uma dessas convenções que frequentava regularmente, embora nem sempre fossem acolhedoras para ela. Em suas intervenções, enfatizava a importância de enfrentar as lutas pela igualdade de

direitos das mulheres negras. Em um de seus discursos, provocou: "Nunca me ajudaram a subir nas carruagens... nem a pular poças de lama... E eu não sou uma mulher?". Deste modo, ela questionava a estrutura patriarcal que enfraquecia a imagem da mulher, enfrentando a ideia de uma mulher universal e reconhecendo as relações entre raça e gênero. Em sua fala, também ressaltava ter tido treze filhos, dos quais muitos foram vendidos como escravos. Portanto, mesmo nos debates sobre maternidade, é crucial incluir as histórias dessas mulheres privadas do direito de criar seus próprios filhos.

Avançando um pouco mais no tempo, durante as décadas de 1960/70, os movimentos de mulheres negras nos Estados Unidos começaram a unir suas lutas contra a opressão baseada em raça, gênero, sexualidade e classe. Em 1967, o coletivo de mulheres negras conhecido como Combahee River Collective publicou um manifesto comprometendo-se a abordar essas interseções entre as diversas formas de opressão.

Além dos registros deste manifesto do coletivo de mulheres feministas negras dos Estados Unidos que atuaram na década de 70, ao nos voltarmos para a academia, percebemos a relevante contribuição de Lélia Gonzalez. Como antropóloga social brasileira, Lélia iniciou por volta de 1982/1983 debates interligados sobre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Ela não apenas destaca como a classe social estrutura nossa sociedade, mas também resalta como raça e gênero fundamentam essas estruturas e são usados como eixos de opressão explorados pelo capitalismo. A abordagem de Lélia Gonzalez nesses debates é muito inovadora e pioneira nas bases que resultarão no conceito de interseccionalidade.

Nos anos 80, Audre Lorde e bell hooks destacaram-se como pensadoras que denunciavam o feminismo que apenas considerava a disparidade de gênero.

Após apresentar o contexto, apresento a exposição do conceito. Foi a teórica feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw quem sistematizou esse conceito em 1989. Ela resumiu essa análise histórica para criar uma ferramenta poderosa, útil tanto para analisar como essas disparidades sociais funcionam, quanto para combater essas desigualdades. Crenshaw define a interseccionalidade como a interligação entre diferentes eixos de poder e discriminação que, estruturalmente,

geram opressão, destacando os eixos de racismo, patriarcado e estrutura de classe. Atualmente, mencionamos o cisheteropatriarcado, incluindo nessas categorias as identidades de gênero, sexualidade, além de outras questões que se entrelaçam, resultando em opressões.

O número reduzido de eixos abordados por Crenshaw não significa que todas as possíveis perspectivas tenham sido exploradas, já que ela deixou evidente que não tinha a intenção de criar uma teoria abrangente sobre identidade. Dessa forma, é viável adaptar a abordagem de acordo com o contexto específico em questão. Refletindo sobre tais implicações, elas nos levam a considerar como as mulheres negras enfrentam maior precariedade e vulnerabilidade social. Além disso, é notável a existência de uma forma particular de solidariedade entre mulheres negras e homens negros, estes últimos em situação socioeconômica inferior às mulheres brancas, uma realidade que merece destaque. É crucial abordar o fato de que são os homens negros que frequentemente perdem suas vidas simplesmente por serem homens negros, uma realidade persistente ao longo dos anos.

Finalmente, a ideia de representatividade interseccional ajuda a ressaltar a relevância do debate sobre a presença da mulher negra nos diversos espaços. Conforme Carla Akotirene afirma, a essência da interseccionalidade está justamente na mulher negra. Dessa forma, ao expor a fragilidade estrutural enfrentada por essa mulher, o conceito também destaca o seu poder como protagonista na criação de uma ferramenta eficaz, que necessita ser levada em consideração na luta contra as disparidades sociais.

O conceito de interseccionalidade pressupõe que múltiplas categorias sociais (como raça, gênero e classe) interajam no nível das experiências individuais para refletir sistemas interconectados de privilégios e opressões no nível macrossocial (como racismo e sexismo, por exemplo). Assim, determinantes sociais como renda, gênero e raça/cor - e a interação entre eles - podem influenciar a forma como a insegurança alimentar se mostra numa população. As diversas manifestações da insegurança alimentar representam a violação do direito humano à alimentação adequada, e esse direito não está assegurado de forma equitativa em nossa sociedade (Santos et al., 2022)

O marco legal da SAN no país foi em 2006, com promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei n.º 11.346/2006), que

criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Posteriormente, em 2010, foi publicado o Decreto nº 7.272/2010, que regulamentou a LOSAN e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (Decreto nº 7.272, 2010; Lei nº 11.346, 2006). A chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil piora os determinantes de Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente da população negra, em especial de mulheres negras (Santarelli, 2019; Castro, 2021; Rede PENSSAN, 2021).

Figura 14 - Agricultura Urbana em Florianópolis, obra que escrevi um capítulo



Fonte: Fiocruz (2024)

Apresento aqui uma das partes que para mim enquanto mulher preta, estudante, pesquisadora, ativista é a essência do estranhamento que me produz desconforto, me bagunçou toda mas foi necessário para ter mais autonomia e segurança nos meus textos, estudos e buscar referências nas epistemologia feministas das mulheres negras. Essa seção é mais uma das contribuições que fortalecem e somam a tantos outros estudos que defendem que a alimentação é um Direito Humano e principalmente dar visibilidade para processos e movimentos históricos que lutam para garantir que a alimentação seja um elemento de ação política, nas arenas que estão em disputas, trazendo para a antropologia da

alimentação e dialogando com a comensalidade,¹⁴ o potencial político, politizar a cozinha. Aproveito para agradecer ao professor Caetano Sordi que na minha banca de qualificação indicou trazer e aprofundar mais os estudos sobre esse conceito. Começo a reflexão desta seção pelo espaço sagrado que é a cozinha, tudo nela acontece. A pesquisadora Alana Moraes em seu artigo “Para o preparo de uma teoria política geral da cozinha ou como insistir nos feitiços contra coloniais” (2022) aponta considerações a respeito da cozinha enquanto um espaço que chamo de uma de socialização de saberes que seria o momento de compartilhar sobre receitas, mas também reuniões, encontros. A cozinha como um espaço acolhedor, um momento onde tudo acontece na cozinha.

O conceito de comensalidade significa conviver à mesa e isto envolve não somente o padrão alimentar ou o quê se come mas, mas principalmente como se come. Alana, lembra que foram os arqueólogos aqueles que resgataram o papel do “banquete” e da comensalidade como matriz relacional, mas também fonte de prestígio e produção política nas sociedades ameríndias. É a partir desse movimento que a antropóloga toma a festa como matriz e a relação anfitrião-convidado como modelo político: “saber cantar e dançar, ser ‘detentor’ de objetos de festa, simplesmente saber fazer festas etc.

É na Festa, também obrigação de chefe índio, que as qualidades do ‘cargo’ aparecem”. Todas essas características compõem o clássico modelo discutido por Pierre Clastres (2004) de um “chefe sem poder”, quer dizer, um chefe sem autoridade. O chefe indígena (tal como as tias e suas cozinhas) ostenta uma grande generosidade que, nas palavras de Clastres, “parece mais do que um dever, mas uma servitude”. “Chefe é o que recebe, o que acolhe, o que dá de comer”, resume o antropólogo.(Clastres, 2004.pg.28)

O pensamento que emerge nas cozinhas é, sem dúvida, um pensamento que investiga as atuações possíveis em um mundo saturado de poder e violência colonial. Investiga os modos pelos quais podemos ainda habitar as ruínas, todas elas e nos defender. Um pensamento que atua pela diferença e singularidade, nunca pela homogeneização. Mas essa constatação nem sempre se fez evidente. Muitas de nós, traçando trajetórias escolarizadas e inevitavelmente influenciadas por um certo feminismo embranquecido, aprendemos a associar a cozinha ao lugar de subalternização e nada mais. [...] (Moraes, 2022).

¹⁴ A comensalidade, o ato de comer juntos, é uma forma de começar uma relação ou de mantê-la. Ao mesmo tempo em que a refeição satisfaz uma necessidade humana essencial, ela é fator fundamental no desenvolvimento da identidade cultural de uma sociedade.(POULAIN, 2004, p. 20)

E aqui apresento a partir da epistemologia feminista negra sobre a nossa amefricanidade que Lélia Gonzalez refletia como prática existencial e categoria filosófica-política de contrafeitiçaria ao mundo colonial e seus muitos dispositivos de denegação e que é uma oportunidade de trazer para a pauta da alimentação. “A amefricanidade sempre esteve presente “nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre”, diz Lélia, no texto A categoria político-cultural de amefricanidade (1988;pg.79) também nas cozinhas e suas muitas formas de experimentação de fugitividade e proteção. “Tudo começa e termina na cozinha, as relações, as memórias afetivas, encontros, celebrações, festividades, o chá, o feijão da avó (...)” cozinha é o espaço de transmutação e transformação de alimentos em dádiva, da fuga em resistência, do profano e do sagrado, da vida que se faz sem governo.

A antropóloga Ilka Boaventura Leite em seu artigo “ O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais “ discorre sobre as humanidades insurgentes, quilombo como símbolo máximo dessa insurgência. O termo "quilombo", originário do idioma bantu e que significa acampamento de guerreiros na floresta, tornou-se conhecido no Brasil durante o período colonial, sendo utilizado em documentos oficiais, relatórios e decretos para descrever as comunidades de apoio mútuo formadas pelos rebeldes contra o sistema escravista e suas lutas pela abolição da escravidão no país. Essa palavra possuía um significado especial para os libertos, representando sua jornada, conquista e liberdade, com diversas interpretações e importâncias. Um dos casos mais emblemáticos foi o Quilombo dos Palmares, um movimento rebelde que desafiou a administração colonial por quase duzentos anos.

Por que a cozinha não seria também o lugar de experimentações revolucionárias, conspirações e sustentação de outros mundos possíveis quando tudo parece desmoronar?

O Presidente Lula sancionou em julho de 2023, nova ação de combate à fome. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à

Fome (MDS) na qual uma das ações é de fazer um mapeamento das redes de equipamentos de recepção e distribuição de alimentos para apoiar as iniciativas, o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias foi criado no Lula III - uma retomada para garantir a segurança alimentar nos centros urbanos. Elas são políticas públicas que asseguram a efetividade do DHAA. Algumas cidades e capitais por meio de mobilizações e articulações entre organizações e conselhos foram atendidas por esse programa, como ainda é recente, se espera que o número de cozinhas atendidas com essa política pública aumente.

Analisar as mobilizações e articulações de interseccionalidade, raça, classe, territórios, gênero e sexualidade ainda que algumas dessas estejam apenas nos planejamentos e outras já nas ações nas agendas das organizações da sociedade civil. Para compreender as políticas sociais e seus efeitos na vida das populações negras, das mulheres negras e homens negros, filhos, irmãos, pais, companheiros dessas mulheres. Se faz necessário abordar com mais atenção o tema da interseccionalidade, relações raciais e o DHAA na antropologia e contribuir para qualificar a temática que se faz urgente, pois estamos falando de comida no prato das pessoas, em um país abundante em produzir comida, desde o Movimento sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Outro ponto de reflexão aqui é as relações político-econômicas e cada vez mais midiáticas

Diante do conjunto de vulnerabilidades que atinge grupos identificados por sua raça e etnia também provoca efeitos diretos sobre as possibilidades de realização do DHAA. No Brasil, determinados grupos, como povos indígenas, população negra e ciganos, em razão do racismo acabam tendo menos acesso à renda, à terra, aos territórios, aos serviços de saúde, educação, lazer, moradia e à segurança, dentre outros determinantes de segurança alimentar e nutricional. Esses grupos sofrem não apenas com discriminação que surge do preconceito na dimensão privada, mas também, e principalmente, são violentamente afetadas pelo racismo institucional e estrutural, que permeia o aparato estatal. Por esse razão, ao se analisar a (não) realização do DHAA, é fundamental considerar, além dos elementos já referidos, fatores como o racismo e a discriminação racial, que podem acentuar situações de desrespeito aos direitos e até o extermínio desses grupos.

Em setembro de 2023 saiu a publicação “Prato do Dia: Desigualdades - Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares” os resultados de estudo

conduzido em 2022 e 2023 com supervisão de Gabriele Carvalho (até abr. 2023), Mariana Santarelli, Valéria Burity (até fev. 2023), Nayara Côrtes Rocha e coordenação e texto de Veruska Prado Alexandre-Weiss, Rute Costa, Patrícia Mourão e contribuições de Pedro Rossi e Arthur Welle sob supervisão da FIAN Brasil. Um material que investiga narrativas e dados sobre a forma como as iniquidades se expressam ao longo do processo alimentar. Nele consta que de fato existe uma lacuna muito grande no reconhecimento e a exposição do racismo, do sexismo e do classicismo que explicita as desigualdades produzidas por estruturas de poder.

O estudo aponta também que na perspectiva das iniquidades de raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares apontadas, parece faltar aos campos da SSAN e dos direitos humanos ampliar a visibilidade das causas estruturais dessas desigualdades reiteradas, preencher a lacuna das “causas das causas”, isto é, superar descrições generalistas e pouco expressivas sobre os temas em questão. É preciso enfrentar o debate da realização do DHAA de forma completa, trazendo as iniquidades e desigualdades na produção, acesso, consumo e usos dos alimentos.

O reconhecimento e a exposição do racismo, do sexismo e do classicismo explicita que as desigualdades foram produzidas por estruturas de poder. Cabe, portanto, ao Estado e seus gestores públicos produzir saídas, com a participação da sociedade, para eliminar as causas das iniquidades, por meio de políticas públicas adequadas, no sentido mais amplo do adjetivo.

Sendo assim, uma parte das motivações que me levaram a escrever essa seção se deve a preocupação com o processo sociocultural e econômico de garantia do direito humano à alimentação das famílias, partindo da percepção de que há uma íntima relação entre saúde e alimentação, sendo esta última reconhecida como forma de prevenção a doenças e/ou causa delas, tendo em vista que a população negra tem mais chances de ter algumas doenças crônicas pela falta de acesso a uma boa alimentação, sendo assim estão mais suscetíveis a doenças como diabetes, hipertensão, anemia falciforme entre outras (RIBEIRO e PINTO,2023).

E aqui também entra outro fator que são as contaminações por agrotóxicos pela ingestão desses alimentos, bem como as famílias que residem em territórios, em que tem sua água, seu solo contaminado seja pela água ou pelo ar com as pulverizações. É o caso recorrente que acontece em diferentes partes do Brasil,

como territórios quilombolas, indígenas, ribeirinhos, as mortes pelos conflitos e crimes ambientais. Ao longo dos tempos, os conflitos e crimes ambientais têm sempre causado significativa destruição do ambiente e na vida as pessoas. Os direitos ambientais representam um componente importante dos direitos humanos fundamentais. Sem acesso a um ambiente seguro, as populações humanas podem não subsistir, mesmo em um nível básico. O direito de viver em um ambiente seguro requer proteção por meio de mecanismos jurídicos adequados e exequíveis. A relevância desses direitos significa que a destruição deliberada do ambiente, mesmo durante um conflito, é restringida pelos princípios da legislação ambiental e pode implicar a responsabilização do Estado. E são as mulheres, mulheres negras, indígenas que estão à frente dessas violências que são tragédias anunciadas. Mas existem caminhos e saídas, entre elas tecnologias ancestrais que indígenas os primeiros habitantes desse território viviam em plena harmonia com a natureza, com seus cultivos, respeitando seus ciclos, e as pessoas escravizadas que foram forçadamente retiradas de África, e que trouxeram também suas tecnologias de plantio e cultivos milenares.

A interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas (Bilge; Collins, 2021, p.33).

Praticar uma leitura interseccional da alimentação, é realizar estudos necessários e urgentes que cruzam, a questão da raça, gênero, classe social/renda, tempo de planejamento alimentar e segurança alimentar e nutricional que são afetados com a rotina de deslocamento entre os locais de trabalho e moradia, o subemprego ou mesmo o desemprego. Essas são dimensões interseccionais que interferem no acesso à alimentação saudável e, conseqüentemente, no poder de escolha do indivíduo. E aqui um ponto importante também é a questão da idade, na minha relação com meu pai, na que apresentei ao longo do texto mas não enfatizei tanto, e agora me atendo para essas conversas e trocas intergeracionais, da minha avó para o meu pai, que passa para mim, e sucessivamente. O “fazer a feira na horta” do meu pai, bem como nos movimentos e articulações que fiz, sempre apareceu as questões geracionais, as trocas, as conversas.

Para a historiadora Maria Beatriz Nascimento (1985), a resistência da identidade negra brasileira é encontrada em quilombos.

Nos quilombos, apesar de não parecer, quanto mais mulheres estão na cozinha, mais elas têm poder. Quando estão cozinhando, elas não estão sozinhas: quem chega à cozinha ajuda a cozinhar. Elas coordenam aquele espaço. [...] Os homens vão chegando e mostrando suas oficinas, seus trabalhos, sua roça... O grande momento da festa é a comida: é ela que agrega todo mundo. E é quem cozinhou que coordena aquele grande momento. (p. 63). Instituições estas que guardam singularidades do continente africano e funcionaram como instrumentos ideológicos contra as opressões durante o período colonial e imperial, formadas por afrodescendentes que compartilham livremente entre si seus hábitos culturais que antecedem a escravização e os quais resultaram dela.

A superação da insegurança alimentar e nutricional que afeta as mulheres negras e pobres depende, necessariamente, de políticas ativas para equiparação das oportunidades de acesso a alimentos adequados, o que por sua vez, pode ser facilitado se os atores estatais compreenderem as lições dessas experiências de ativismo (Santos, 2023).

Aqui me vem à memória sobre quantas das muitas vezes estive em congressos, eventos, encontros, fóruns, reuniões de conselhos, nos últimos nove anos em que integrei e representei ativamente nesses espaços da sociedade civil a REDESSAN. Essa rede possui por missão a articulação com organizações da sociedade civil para propor políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população negra e, em especial, de mulheres negras. A organização analisa, avalia e monitora os efeitos gerados a partir das políticas públicas de Soberania Segurança Alimentar e Nutricional voltados à população negra. Neste espaço me dediquei durante oito anos levando a pauta das mulheres negras da SSAN e DHAA para os debates e percebi que precisava provar de maneira exaustiva, falando mais alto, pedindo ajuda de quem mais tinha “lugar de fala” e essa pessoa falava a mesma coisa que eu e tinha sua fala validada. Muitas vezes o racismo, sexismo e classicismo marcam profundamente as condições de trabalho de mulheres negras seja na militância, ativismo, pesquisa e chefes de famílias. E depois exercitando o estranhamento a campo para a construção deste trabalho de conclusão e tendo

mais maturidade de compreender o processo, percebi que a minha obstinação de ficar sempre levantando a bandeira das especificidades de mulheres, suas realidades, seus territórios, esses espaços de disputa de narrativas e poderes estava em jogo. E aqui uma reflexão de que, continuo falando muito de minhas próprias experiências e estratégias de lidar com os efeitos de uma pesquisadora negra em formação do sul do país, mas como ela se valida como relevante sociologicamente porque expressa um contexto social mais amplo. Bem como a minha escolha de trabalhar com o tema e a vida das mulheres negras na alimentação, após também uma longa conversa com meu pai Dorico Silva de Brito, resgatando histórias, lembranças e memórias de sua mãe, minha avó paterna Zulmira Silva de Brito.

E aqui trago um trecho do livro da pesquisadora, Taís De Sant'anna Machado, que me fez voltar a minha infância, para a cozinha de minha avó Zulmira, me trouxe lembranças e memórias afetivas que precisei visitar para dar continuidade nessa escrita. Refleti sobre uma das coisas que me chamou atenção, que foi conhecer outra referência de leituras sobre a experiência da antropóloga dos estudos críticos da alimentação Ashanti M. Reese. No trecho que consegue em poucas palavras resumir partes significativas de situações que aconteceram comigo e que me identifiquei como o processo da dimensão de seu olhar em campo:

Minhas suposições refletiam uma compreensão estática e unidirecional [...] isso apesar do fato de eu, uma mulher negra, ter vivido minha vida entre outras pessoas negras quem mesmo no contexto do racismo antinegitude, não existem em uma série unidirecional de eventos em que não temos voz sobre alguns dos contornos de nossas vidas (Reese, 2019).

Após conversas com minha orientadora na qual trouxe o tema da alimentação para trabalhar no meu TCC na linha dos Direitos Humanos na nossa primeira conversa contei um pouco do meu interesse com o tema as minhas intenções, da minha trajetória e minhas inquietações tanto na prática de parecer estar sempre falando para algumas pessoas que conseguiam alcançar minhas inquietações desde ferramentas teóricas e metodológicas adequadas para entender como funciona o tecido social brasileiro e também compreender que infelizmente muitas dessas relações dentro de espaços são fundamentadas em um ideal de democracia racial. Veio a ideia de trabalhar a partir da uma fala da professora Rute Costa em um encontro online durante a pandemia, que desde então chega pra mim de um jeito

diferente, me tira da zona de conforto e me provoca de várias maneiras. “Se o alimento é um Direito Humano, quem são considerados humanos de direito?” (informação oral, 2021)¹⁵. Fazer esse exercício de estranhamento dentro de um ambiente que é familiar mas com um outro olhar me abriu mais portas e muitas pesquisas, reorganizar e revisitar muitas escritas de anotações nos muitos cadernos, durante esses oito anos, longas leituras para traduzir o que na prática eu já exerço, revisitar fotografias do campo, e que muitas vezes colocar no papel em um TCC é um desafio ainda maior.

Por isso, um olhar sensível à diversidade de questões levantadas nessa primeira conversa permitiu que eu me aproximasse de formas de pensar criticamente os espaços a partir do olhar da pesquisadora negra em formação e das tecnologias de sobrevivência que fui provocada a desenvolver com esse trabalho.

Aqui, apresento a REDESSAN que é composta por mulheres negras e foi ela que juntamente com o movimento de mulheres negras me formam também enquanto ser política, minha formação no ativismo e militância, minha base vem delas. A REDESSAN que atua em diferentes frentes na pauta da alimentação, as integrantes são ativistas, assessoras, consultoras, articuladoras, professoras, pesquisadoras, lideranças comunitárias, militantes do movimento de mulheres negras e atuam nacionalmente com a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) é uma rede de organizações de mulheres negras criada em setembro de 2000. Atualmente é constituída por 45 organizações distribuídas por todas as Regiões do Brasil que são: Casa Laudelina de Campos Mello, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Grupo de Mulheres Negras Malunga, Instituto de Mulheres Negras do Amapá - IMENA (AM), Organização de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência - MUNMVI, Casa da Mulher Catarina Coletivo Ashanti, Associação Cultural de Mulheres Negras - ACMUN, Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional - REDESSAN, Rede de Mulheres Negras do Paraná, Instituto Amma Psique Negritude - AMMA PSIQUE, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Criola – Organização de Mulheres Negras, Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, Grupo de Mulheres Negras Malunga, Pretas Candangas, Imune - Instituto de Mulheres Negras Mato Grosso, ALAGBARA

¹⁵ Rute Ramos da Silva Costa em seminário online “Discutindo intersecções entre gênero e raça na alimentação e nutrição” na UFRGS, minuto 22:45, ocorrido em 29 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s-duDVQ5heQ>>.

- Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins, Odara - Instituto da Mulher Negra, Associação Mulheres de Odun - AMO, Comunidade Oju Ifá, Uiala Mukaji, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágatha, Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba, Abayomi - Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba, AJAGUM, Instituto da Mulher Negra do Ceará - INEGRA, Instituto da Mulher Negra do Piauí (PI), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá (AP), Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú - Ammvqc - Amapá, ILERA .

A AMNB tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à todas as formas de discriminação, que faz parte da agenda política da organização a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil. E também internacionalmente com a Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora que foi criada em 1992 na República Dominicana e sua trajetória política nos primeiros anos, que se posicionou a partir de uma perspectiva interseccional. A atuação das mulheres negras da REDESSAN abarca ativismos de mulheres negras associados a pautas como a agroecologia, o abastecimento popular e o acesso à terra e ao território pelos povos originário e comunidades tradicionais, participando dos conselhos municipais, estaduais e federais em que a pauta da alimentação é prioridade, estão atuantes como conselheiras nos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Alimentação Escolar, nas assessorias de parlamentares Negras, nos grupos de pesquisas das universidades, estão nas assessoria e consultorias de projetos em organizações não governamentais.

Noh sempre nos provoca quando falamos das mulheres dentro da pauta da alimentação: de quem mulheres é essa que estamos falando?! Isso carrego sempre comigo e está presente nas minhas exposições e falas desde 2014. Desde que tive meu primeiro momento de ser provocada diante um público de mais de 80 pessoas a falar representando a REDESSAN em Belo Horizonte em 2016 no encontro preparatório para o 4º Encontro Nacional de Agroecologia. Aqui compreendi de quão

alguns espaços são violentos nos mínimos detalhes, e de como o “movimento agroecológico branco” por ter seus privilégios e acessos a instâncias de poder se acham no direito de invisibilizar e invalidar toda uma luta histórica dos povos originários, as comunidades negras rurais. Pois elas até podem estar, circular nesses espaços, mas nas tomadas de decisões, para representar o Brasil, ou ocupar um lugar em algum cargo institucional não serão elas as escolhidas. Aqui o pacto narcísico da branquitude na qual a escritora Cida Bento (2022) explica quando cunhou o termo, sustenta as desigualdades sociais e raciais no Brasil que elucida a realidade.

A partir desse encontro comecei a compreender a forma pela qual as organizações, entidades e o Estado realiza o DHAA é por meio da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. No Brasil, este conceito é amplo e inclui a ideia de “práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

De 2014 a 2017 muitas viagens, agendas, encontros, seminários, fóruns um momento importante na construção da minha caminhada profissional enquanto integrante e representante de uma das organizações mais respeitadas na temática da SAN no Brasil, mas que não tem tanta visibilidade nas mídias, mas é citada sempre nas rodas, encontros, e nas pesquisas acadêmicas e que nasceu no sul do Brasil. Importante esse destaque, a articulação do movimento de mulheres negras do Rio grande do Sul e Paraná, desde seminários, encontros em que a saúde da população negra é prioridade nos debates.

O desafio de manter uma organização de mulheres negras sem fins lucrativos, com demandas e pautas urgentes, em uma nova conjuntura de atuação, a maioria das integrantes, mais jovens que estudam e dividem-se entre o ativismo e estudos, pesquisas e trabalhos formais. A REDESSAN tem a estrutura de uma coordenação executiva, a atual gestão (2023-2025) está: Regina da Silva Miranda como diretora executiva, Carmem Silvia Fontoura como diretora adjunta, Noho como diretora financeira, Renata Pires Goulart como secretária executiva e Amanda de Mello Ribeiro como secretária executiva adjunta. A rede sobrevive de captação de recursos e projetos de editais e parceiros nacionais e internacionais em articulação com AMNB. A direção executiva da rede é responsável por essas questões. E aqui um dos compromissos que aprendi e aprendo com o movimento de mulheres negras

é que temos um compromisso com nosso povo. Muitas das organizações não têm uma estrutura física, condições materiais entre outras tantas, diferente de organizações que conseguem acessar recursos com mais facilidade, isso também diz muito sobre os acessos a recursos dentro ou fora do país, é sobre incidência política, de garantir recursos para pesquisas que tenha impactos na gestão e políticas públicas. Uma das ferramentas que a REDESSAN utiliza é fazer articulação com universidade com projetos de extensão que contribuem muito para a socialização acadêmica, a Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS) é uma dessas parceiras. É aqui um momento de reflexões para que as universidades, e organizações enquanto espaços de construção e formação de profissionais possam pensar em planos de formações, ou projetos contínuos em seus departamentos, colegiados, instâncias administrativas. Durante minha graduação fui bolsista em alguns projetos na qual tive essas experiências que foram muito importantes e com histórias que me emocionaram no caminho. Uma que aconteceu comigo na disciplina de Seminário II com o professor Julio Souto Salom no primeiro dia de aula e nas apresentações. Ele comentou que já me conhecia, pois uma amiga dele do Rio Grande do Sul, Martina que foi minha professora no cursinho pré vestibular Território Popular falou que eu estava pela UFSC, comentou também da minha pesquisa e disse que poderia auxiliar ele nas aulas com as minhas discussões. Ele contribuiu muito, bem como participou na banca de qualificação do projeto TCC I. Professora Aline também trouxe lembranças de quando iniciei minha caminhada em Porto Alegre e de que possivelmente nos encontramos em algum momento, pois ela participou na época também em um dos projetos da THEMIS na qual participei de encontros e formações com a presença de Vilma Reis, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Jurema Werneck.

3.4 DHAA E A PANDEMIA DE COVID 2019

O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” (Jesus, 1960 p.26).

Em um dos relatórios produzido pela REDESSAN em que tinha como objetivo realizar refletir/discutir a relação entre (in)segurança alimentar e nutricional, seus determinantes e a população negra, antes e durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Para isso, foram apresentados alguns dados referentes à prevalência de (in)segurança alimentar da população negra da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - VIGISAN (IBGE, 2018; Rede PENSSAN, 2021). Pré-pandemia, os domicílios chefiados por uma pessoa negra representavam 67,6% do total em IA; das residências onde havia segurança alimentar, apenas 38,6% eram chefiadas por mulheres (IBGE, 2018). Durante a pandemia, 66,1% das famílias em IA eram chefiadas por uma pessoa negra; das que se encontravam em segurança alimentar, 35,9% eram chefiadas por uma mulher (Rede PENSSAN, 2021).

Esses resultados mostram os mesmos números alarmantes da prevalência de IA na população negra nos dois períodos. Entretanto, nos lares chefiados por mulheres nessa situação piorou significativamente com a chegada da pandemia. Outrossim, ambas pesquisas não associaram gênero e raça, deixando a relação entre IA e mulheres negras subentendidas nos números apresentados. Por isso é necessária uma análise interseccional, com a agregação de marcadores, como acesso à educação, ao trabalho e à renda (Akotirene, 2019; Lobato, 2017). Em 2019, apenas 15,7% dos homens negros e 22,3% das mulheres negras acessaram o ensino superior, contra 40,9% e 30,5% de mulheres e homens brancos, respectivamente (IBGE, 2021). Durante a pandemia, com aulas remotas, o acesso de crianças e jovens negras/os/es à educação foi três vezes menor que o de brancas(os) (Geledés, 2020).

No quesito trabalho, as mulheres negras e homens negros foram mais afetados pelo desemprego por ocuparem postos de trabalho menos remunerados e com relações empregatícias informais (IPEA, 2020). A violação do direito à educação da população negra aponta para o aprofundamento da desigualdade educacional no país e, conseqüentemente, a piora em indicadores de SAN e de saúde (Rede PENSSAN, 2021; Brasil, 2011). As relações informais de trabalho colocam pessoas negras em maior vulnerabilidade por estarem apartados das políticas de seguridade social (IPEA, 2020). Essas são conseqüências históricas que sustentam o capitalismo nos determinantes de SAN da população negra e das

mulheres que são mais afetadas pela fome estrutural (Santos et al., 2020; Brasil, 2011). Nesse contexto, temos elementos para indicar que as mulheres negras bem como as crianças em risco ou em situação de IA, são as principais responsáveis pela segurança da comida na mesa das famílias brasileiras.

Socialmente, mulheres negras são incumbidas da dinâmica do processo alimentar, desde a plantação, aquisição de gêneros alimentícios até o preparo das refeições (Lima, A.; Lima, R; Silva, 2016; Fian, 2021). Em territórios urbanos as mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas, sendo coordenadoras desse processo tanto em suas casas como nas da classe média (Dieese, 2013). No ambiente rural, além do cuidado doméstico com a alimentação, são produtoras de alimentos e guardiãs de saberes ancestrais sobre a terra, o alimento, as tradições culturais e o cuidado (Fian, 2019, 2021).

Diante dos dados das pesquisas acessadas, temos como resultados o agravamento das violações de direitos da população negra e das mulheres negras. Como forma de garantir a sustentabilidade da vida humana. No espaço doméstico, o trabalho feminino garante a reprodução social das pessoas e de seu bem-estar. Isto porque são as mulheres que assumem majoritariamente a responsabilidade pelo cuidado dos membros da família, no qual se inclui a alimentação. A Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional é uma área fundamental para o fortalecimento da autonomia econômica e produtiva, na qual Mulheres Negras marcharam em Brasília em 2015 contra o racismo, a violência e pelo Bem viver, afirmam no bem viver como superação do racismo, como horizonte transformador a superação do sistema de subordinação racial e de gênero que estrutura as relações sociais no Brasil. Em seu primeiro manifesto, as ativistas apresentaram uma proposta de transformação social que estão dispostas a construir.

“Nós, mulheres negras do Brasil,¹⁶ irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade, somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório[...]”

¹⁶Carta Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia 25 de novembro de 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos anos entre pesquisa, ativismo e militância muitas coisas aconteceram. Quando o movimento é de dentro para fora, quando você vem do movimento social para dentro de uma instituição de ensino, a universidade são mundos completamente diferente, mas que um pode sim complementar o outro, mas existem muitos desafios e obstáculos. Isso presenciei muito a partir do momento que a dificuldade de fazer as articulações das leituras e escritas com os conceitos com o que eu vivenciava na prática do movimento de mulheres negras, em trazer elas como minhas referências bibliográficas seja elas falando da pauta da alimentação, bem como das outras muitas coisas que alimentam e nutrem elas: o movimento, como conversar com amigas, cozinhar para outras mulheres, como a arte, a dança, o estar sozinha, o praticar um exercício, ampliando as outras maneiras de nutrir-se.

Diante dos desafios a busca de referências para esse trabalho amplia-se e percebi que para além das leituras outras maneiras e formas de perspectivas alimentaram esse trabalho também, de fazer o exercício de traduzir um conceito mais acadêmico e políticos em uma poesia, uma música para melhor entendimento e compreensão. Me aprofundar mais nas leituras e estudos das autoras que abordei durante a escrita, foi importante para compreender as outras muitas formas de se fazer e produzir pesquisa também, de que vários trechos de poesia, música, epígrafes são ferramentas na qual compreendi que me motivam ainda mais a escrita e produzir, para não se tornar monótono. Meus pensamentos estão sempre muito acelerados, talvez por alguns motivos que a vida nos impõe, ou por fatores históricos e estruturais para sobreviver.

A alimentação se apresenta como um objeto legítimo para estudar e entender as bases sociais da vida em comunidade. As contribuições nesse campo de estudo se destacam pela diversidade de abordagens epistemológicas, disciplinares, teóricas e metodológicas dos temas, pelo aumento de publicações acadêmicas e pelo crescente interesse de congressos científicos, mídia e publicações populares dedicadas à dimensão sociocultural da alimentação.

Na escrita desse trabalho percebi que durante o meu processo de formação enquanto uma pesquisadora negra do sul, e que durante o processo vários e muitas fases da vida, ingressar na universidade achando que ia mudar o mundo, bem

questionadora, propondo várias coisas, participando de muitas coisas, dialogando ativismo, militância com os estudos e trabalho. Aconteceram muitas coisas de perdas de pessoas importantes, afastamentos de pessoas, e grupos que até então estava sempre em disputa de narrativas, mas depois de um tempo entendi que era um mecanismo de defesa minha. Muito encontros e reencontros com pessoas que foram importantes na minha caminhada, na minha trajetória, durante 10 anos da minha vida poder me dedicar a organização REDESSAN que me possibilitou momentos e experiências únicas que foram de extrema importância para a minha formação, de me dedicar aos estudos para qualificar melhor meus discursos e argumentos, e por isso me afastei para me dedicar a concluir a graduação, e foi extremamente doloroso fazer essa decisão, mas compreendo que foi a escolha mais sábia para poder também entender o momento de findar ciclos para outros ciclos se iniciarem. Esse trabalho também me deu a oportunidade de ressignificar meu sentir com a universidade que durante muito tempo eu achava que eu não poderia acessar, e hoje ser reconhecida pela minha pesquisa, e o mais importante de tudo é de ver na minha família que reconhece um legado que juntas resgatamos, do elo da alimentação e a família.

Fazer esse percurso na pesquisa de propor a contar a história a partir da minha perspectiva foi um importante momento de entender que a muito ainda para ser contado, escrito e produzido, mas nem todas as pessoas terão acesso, ou querem acessar, mas o legado e a história está aí, afinal de contas muitos dos meus ancestrais atravessaram o atlântico, e se hoje estou onde estou é por que sou a continuidade de sonhos deles. E que há uma reparação histórica que é reafirmar o compromisso da urgência do Estado para cumprir seu dever em garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) deles e delas a partir de políticas públicas afirmativas, intersetoriais e resilientes com objetivo de superar as injustiças e desigualdades sociais. É inconcebível que o desenvolvimento de políticas públicas de SAN ignore a existência e o papel das mulheres negras na sociedade e na garantia de direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen Livros, 2019.

ANJOS, Priscila dos; MEDEIROS, Flávia. **Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC**. Ponto Urbe [Online], 27 | 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.9502>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42-61.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. **A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019, Tradução de Ana Maria Gonçalves.

hooks, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidades**. São Paulo: Elefante, 2022. Tradução: Vinícius da Silva.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BLANCO, Lis Furlani. **Dar fome à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória social do Programa Fome Zero**. 2022. 284 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2024

BRASIL. Assessoria de Comunicação — MDS. **Programa Nacional de Cozinhas Solidárias é criado para garantir segurança alimentar nos centros urbanos**. 2023. Combate à fome. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-nacional-de-cozinhas-solidarias-e-criado-para-garantir-seguranca-alimentar-nos-centros-urbanos>>. Acesso em: 15 fev. 2024

_____. Diário Oficial da União. **Lei nº 11.346** de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 18 set. 2006.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 15 fev. 2024.

CASTRO, Terena Peres de. **Informe: o Dhana e a Covid-19: o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia**. Brasília: FIAN Brasil,

2021. Disponível em:

<<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Informe.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DIEESE. **O emprego doméstico no Brasil**. Estudos e pesquisas. n. 68, nov. 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

FIAN BRASIL. **Informe Dhana 2019**: autoritarismo, negação de direitos e fome. Brasília, 2019. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019_v-final.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Cozinhando agendas políticas**: guia feminista sobre o direito à alimentação e à nutrição das mulheres rurais. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Cozinhando-Agendas-Politicaguia.pdf>>. Acesso em 30 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREELAND, Steven. **Direitos humanos, meio ambiente e conflitos**: enfrentando os crimes ambientais. Sur, Rev. int. direitos human. 2 (2), 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100006>>. Acesso em: 3 mar. 2024.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de Amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

HENRIK, Juliana. **Tranças africanas**: eis a história! Voz das Comunidades. Publicado em: 16 jan. 2019. Disponível em: <

=No%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XV,e%20de%20manter%20suas%20ra%C3%ADzes>. Acesso em: 15 fev. 2024.

hooks, bell. **Irmãs do inhamé**: mulheres negras e autorecuperação. Tradução floresta- I. ed.- São Paulo: EDITORA WMF Martins Fontes, 2023.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. IBGE, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2021. Acesso em: 1 out. 2021.

IPEA. **Trabalho, população e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da pnad covid-19**. SILVA, Tatiana Dias da; SILVA, Sandro Pereira. Nota técnica nº 46. Diretoria de estudos e políticas do estado, das instituições e da democracia. Brasília: IPEA, 2020. Disponível

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** - Diário de uma favelada. Editora Atica. 10. ed. - São Paulo, 200p, 2014.

LIMA, Ana Carmem de Oliveira; LIMA, Rayanne Silva Vieira; SILVA, Jânia Maria Augusta da. **Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar**. Rio de Janeiro: Demetra, v. 11, n. 3, p. 789-802, 2016. Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/22511/18426>>. Acesso em: 30 set 2021.

MARTINS, Milena Corrêa. **Descentralização do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: uma análise multivariada dos estados brasileiros. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:
<https://tearsan.ufsc.br/_sistema/uploads/filemanager/source/2020/dissertacao%20milena.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

MORAES, Alana. **Para o preparo de uma TEORIA POLÍTICA GERAL DA COZINHA ou como insistir nos feitiços contracoloniais**. Escola de Ativismo, 2024. Disponível em:
<<https://escoladeativismo.org.br/para-o-preparo-de-uma-teoria-politica-geral-da-cozinha-ou-como-insistir-nos-feiticos-contracoloniais/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MOREIRA, Sueli Aparecida. **Alimentação e comensalidade**: aspectos históricos e antropológicos. Cienc. Cult. vol.62 no.4 São Paulo Oct. 2010. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400009>. Acesso em: 15 fev. 2024.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Os orixás de Abdias**. Brasília: IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** São Paulo: Diáspora Africana; Filhos da África, 2018, p. 54-5.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Festa e guerra.** 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Acesso em: 16 fev. 2024.

PINHO, Osmundo. **A pessoa do escravo: morte social e imaginários políticos da Diáspora africana no Brasil.** Em: Cativo. Antinegitude e Ancestralidade. Salvador: Segundo Selo, 2021. p. 41-71.

PINHO, Osmundo. **Morte social.** In: Enciclopédia de Antropologia, 2022. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/conceito/morte-social>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PINTO, Mariana Pereira Andrade TCC: A anemia falciforme na população negra do Brasil: uma relação entre etnia e saúde, 2023, Biomedicina, UNIBH

PIRES, T.R. **Direitos humanos traduzidos em pretuguês.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; e WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. Anais. Florianópolis: [s.n.], 2017b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL. **Barragem Eclusa.** Pontos Turísticos. Disponível em: <<https://bomretirodosul.rs.gov.br/artigos/turismo/1413>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

REDE PENSSAN. **VIGISAN:** inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

REDE PENSSAN. **Olhe para a fome.** Execução Vox Populi, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

REESE, Ashanté M. **About.** Bio, 2024. Disponível em: <<https://www.amreese.com/about-bio/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RIBEIRO, Ana Cecília de Castro. **A anemia falciforme na população negra do Brasil: uma relação entre etnia e saúde.** TCC de Biomedicina, UNIBH, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS L. A. et al. **Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil.** Comunicação Breve. Cad. Saúde Pública 38 (11), 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130422>>. Acesso: 15 fev. 2024.

Werneck, J. (2010). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 1(1), 07–17. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>